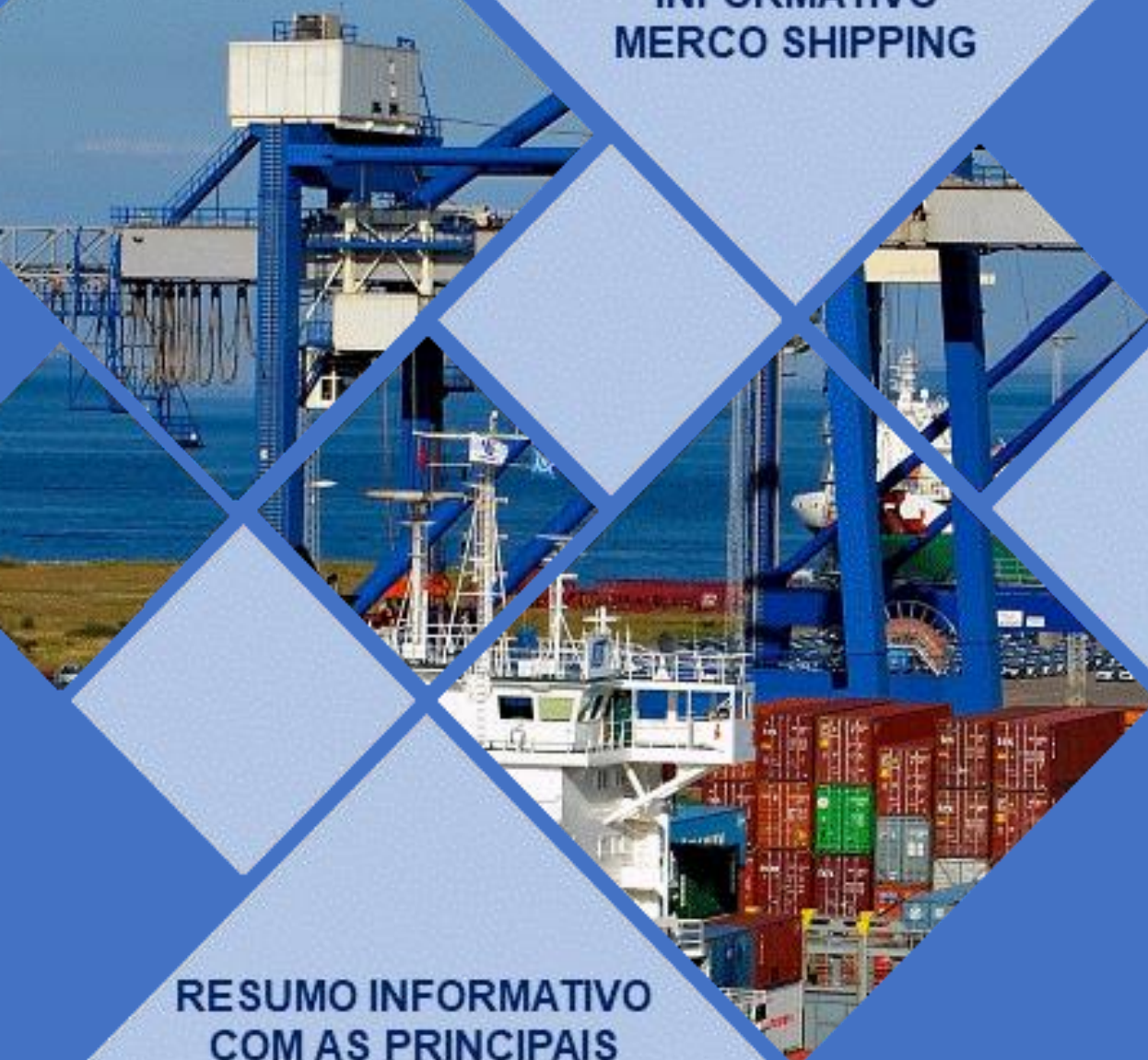


INFORMS

INFORMATIVO
MERCOSHIPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 161/2023
Data: 22/09/2023



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
TÚNEL SUBMERSO SANTOS-GUARUJÁ SERÁ LANÇADO POR LULA E TARCÍSIO NA SEGUNDA-FEIRA	4
'OBRA FUNDAMENTAL PARA A CIDADE E REGIÃO', DIZ SILVIO COSTA FILHO SOBRE PARQUE VALONGO.....	4
MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS DIZ QUE ARTICULA PRORROGAÇÃO DO REPORTO	5
ANDERSON POMINI SEGUE COMO PRESIDENTE DA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS.....	6
MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS FIRMA TERMOS COM SANTOS E GUARUJÁ PARA EXPANDIR POLIGONAL DO PORTO	7
OBRAS DO SISTEMA BINÁRIO DE SANTOS E RABO DO DRAGÃO, EM CUBATÃO, SÃO ENTREGUES	8
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	9
EM PERNAMBUCO, O VALOR DA PRODUÇÃO DA AQUICULTURA CRESCEU EM 47,6%	9
EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR: CABEDELLO REALIZA OPERAÇÃO INÉDITA, DE 20 MIL TONELADAS	11
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	13
INSTITUCIONAL - ANTAQ APROVA CONSULTA PÚBLICA DO CANAL DE ACESSO DO PORTO DE PARANAGUÁ	13
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF.....	14
ANDERSON POMINI SEGUIRÁ À FRENTE DA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS, ANUNCIA COSTA FILHO.....	14
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF.....	15
ACORDO ENTRE BRASIL E PORTUGAL PERMITE AÇÕES CONJUNTAS PELA INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE EM TRANSPORTES 15	
PORTAL PORTO GENTE	16
NITERÓI CONSTRÓI CAMINHO PARA UM FUTURO PUJANTE.....	16
BE NEWS – BRASIL EXPORT	17
EDITORIAL – UMA NOVA RODOVIA PARA O DESENVOLVIMENTO	17
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	17
Adiado.....	18
Adiado 2.....	18
Adiado 3.....	18
Roadshow.....	18
ZPE	18
NACIONAL - MINISTRO ASSINA TERMOS DE COMPROMISSO VISANDO AMPLIAÇÃO DO PORTO DE SANTOS	18
REGIÃO SUDESTE - MINISTRO CONFIRMA PERMANÊNCIA DE ANDERSON POMINI NA PRESIDÊNCIA	20
REGIÃO SUDESTE - ZR NEWS REPERCUTE CONTINUIDADE DO PRESIDENTE DA AUTORIDADE PORTUÁRIA	21
REGIÃO SUDESTE - SANTOS DÁ INÍCIO ÀS OBRAS DA PRIMEIRA FASE DO PARQUE VALONGO	22
REGIÃO SUDESTE - COSTA FILHO QUER LEVAR TEXTO DO REPORTO AO CONGRESSO NO PRÓXIMO MÊS	22
REGIÃO SUDESTE - MINISTRO PROMETE FALAR COM TARCÍSIO POR NOVA LIGAÇÃO PLANALTO-PORTO DE SANTOS	23
REGIÃO NORDESTE - VALE INVESTIRÁ R\$ 240 MILHÕES EM INFRAESTRUTURA 4G NA FERROVIA CARAJÁS	24
NORDESTE EXPORT - GOVERNADOR DA PARAÍBA ANUNCIA OBRAS EM AEROPORTO E INVESTIMENTOS NO PORTO DE CABEDELLO	25
REGIÃO NORDESTE - TEMPORADA DE CRUZEIROS DEVE INJETAR R\$ 80 MILHÕES NA ECONOMIA DE MACEIÓ	25
NACIONAL - É PRECISO CRUZAR INICIATIVAS E TROCAR EXPERIÊNCIAS SOBRE PRÁTICAS ESG, DIZ JOÃO AMARAL.....	26
NACIONAL - VITRINE	28
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	29
MAERSK E CMA CGM FIRMAM PARCERIA PARA REDUZIR EMISSÕES NO TRANSPORTE MARÍTIMO.....	29
SENADO FEDERAL APROVA A CRIAÇÃO DE DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA	30
PORTOS RS: MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS CRESCE 10% ATÉ AGOSTO	31
WEBINAR RODOVIAS PELA VIDA APRESENTA AS INICIATIVAS VOLTADAS PARA SEGURANÇA VIÁRIA	31
VETO DA RÚSSIA À EXPORTAÇÃO DE DIESEL TERÁ IMPACTO NO BRASIL.....	33
GOVERNO DE SP ALERTA PARA MAIOR TEMPO DE ESPERA NA TRAVESSIA SÃO SEBASTIÃO-ÍLHABELA	34
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	34
ENTENDA COMO O LEILÃO DE PETRÓLEO NA GUIANA REACENDE DISPUTA TERRITORIAL DE QUASE 2 SÉCULOS COM VENEZUELA	34
EÓLICA OFFSHORE NO JAPÃO É ADIADA APÓS PROBLEMAS NA ESTRUTURA FLUTUANTE	37
GOVERNO PLANEJA IMPULSIONAR EXPORTAÇÕES DE VEÍCULOS COM SEGUNDA FASE DO ROTA 2030.....	38
RÚSSIA CORTA EXPORTAÇÕES DE DERIVADOS.....	39



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 161/2023
Página 3 de 62
Data: 22/09/2023
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

JORNAL O GLOBO – RJ	41
GOVERNO ELEVA BLOQUEIO DO ORÇAMENTO DOS MINISTÉRIOS DE R\$ 3,2 BILHÕES PARA R\$ 3,8 BILHÕES	41
ÁREA TÉCNICA DA CVM PROCESSA UNIÃO POR INDICAÇÃO DE CONSELHEIROS DA PETROBRAS	43
STELLANTIS VAI INVESTIR R\$ 2,5 BI NO RIO E FABRICAR C3 AIRCROSS EM PORTO REAL	44
MINISTÉRIO NÃO VÊ ‘NECESSIDADE’ DE VOLTAR COM HORÁRIO DE VERÃO ‘ATÉ O MOMENTO’	45
GOVERNO LULA E PETROBRAS PRESSIONAM E PT DO SENADO NÃO ASSINA PEDIDO DE CPI DA BRASKEM.....	46
‘VALE DO LÍTIU’ EM MINAS GERAIS VAI RECEBER R\$ 5 BILHÕES EM INVESTIMENTOS	47
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	49
RÚSSIA SUSPENDE EMBARQUE DE DIESEL CONTRATADO E PODE AFETAR ABASTECIMENTO E ELEVAR PREÇOS NO BRASIL.....	49
GOVERNO BLOQUEIA R\$ 588 MILHÕES NO ORÇAMENTO DE 2023, MAS IGNORA R\$ 20 BILHÕES DO PISO DA SAÚDE	51
RIO AMAZONAS PODE TER CAPACIDADE DE NAVEGAÇÃO REDUZIDA PELA METADE EM OUTUBRO, ESTIMA SETOR	52
DIESEL RUSSO: RESTRIÇÃO DE EXPORTAÇÕES DEVE DURAR POUCO OU SERÁ ‘TIRO NO PÉ’, DIZEM ANALISTAS	53
VALOR ECONÔMICO (SP)	54
FAMÍLIA MAIS RICA DA AMÉRICA DO SUL DOBRA FORTUNA COM UM INVESTIMENTO ODIADO PELOS ANALISTAS	54
NAVIO DE CRUZEIRO: CONTRATAÇÕES DEVEM SEGUIR LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	56
GOVERNO PREVÊ CONCESSÕES NO PORTO DE SANTOS	57
G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO	59
MINISTRO DE PORTOS ASSINA TRÊS TERMOS PARA OBRAS NO PORTO DE SANTOS; VEJA QUAIS SÃO	59
PORTAL PORTOS E NAVIOS	61
FENOP COBRA REVISÃO DE DISPOSITIVOS NA LEI SOBRE CRITÉRIO DE SELEÇÃO DE TRABALHADORES	61
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	62
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	62



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

TÚNEL SUBMERSO SANTOS-GUARUJÁ SERÁ LANÇADO POR LULA E TARCÍSIO NA SEGUNDA-FEIRA

O anúncio foi feito nesta quinta-feira (21), pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho
Por: Bárbara Farias



O túnel submerso Santos-Guarujá será lançado na próxima segunda-feira (25), em São Paulo Foto: Alexander Ferraz/AT

sede da Autoridade Portuária de Santos (APS).

Maior empreendimento previsto no novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, o túnel submerso Santos-Guarujá será lançado na próxima segunda-feira (25), em São Paulo, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). O anúncio foi feito nesta quinta-feira (21), pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, na

“É a obra mais importante do PAC, com investimentos da ordem de cerca de R\$ 6 bilhões. O túnel Santos-Guarujá significará toda uma requalificação urbana e de mobilidade. Ao longo da semana, eu conversei com o governador Tarcísio e com o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa. Promoveremos, de forma colaborativa, a construção do túnel”, disse o ministro.

Costa Filho informou que “o presidente Lula e o governador Tarcísio, juntos, vão fazer o anúncio do túnel, que é muito importante para a região”. Ele enfatizou que as ideologias político-partidárias devem ser colocadas de lado, neste momento, em prol do “desenvolvimento econômico”.

Após sobrevoar o Porto de Santos a bordo de um helicóptero, o ministro disse ter ficando “impressionado” com o complexo portuário. “Vamos trabalhar em parceria para fortalecer o Porto de Santos, que representa mais de 30% de nossa corrente de exportação do País”.

Sindicalistas

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, disse que articulará a garantia de empregos aos trabalhadores junto aos empresários do Porto de Santos. O compromisso foi assumido, ontem, na sede da Autoridade Portuária de Santos (APS), onde ele se reuniu com sindicalistas.

Costa Filho se comprometeu ainda a receber os sindicalistas em Brasília. “O maior programa social do Brasil são o emprego e a renda. E nós precisamos focar na agenda do desenvolvimento econômico e social do Brasil. É fundamental fazer as operações com o setor produtivo, mas ouvir os trabalhadores que precisam da nossa atenção”.

Para o presidente do Sindicato dos Empregados na Administração Portuária (Sindaport), Everandy Cirino dos Santos, a reunião foi positiva. “Solicitamos a retirada do Porto do Plano Nacional de Desestatização (PND), a garantia dos trabalhadores avulsos, uma definição sobre o Portus (fundo de pensão da categoria) e melhorias na entrada da Cidade”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 22/09/2023

‘OBRA FUNDAMENTAL PARA A CIDADE E REGIÃO’, DIZ SILVIO COSTA FILHO SOBRE PARQUE VALONGO

Ministro de Portos e Aeroportos conferiu o início das obras na área dos antigos armazéns 4,5 e 6
Por: Bárbara Farias



O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, ficou entusiasmado ao conferir o início das obras do Parque Valongo Foto: Sílvio Luiz/AT

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, ficou entusiasmado ao conferir o início das obras do Parque Valongo, um novo complexo turístico e de lazer que será construído na área dos antigos armazéns 4, 5 e 6. A visita foi um dos compromissos do ministro, ontem, ao visitar pela primeira vez a Baixada Santista. A conclusão do Parque Valongo está prevista para junho de 2024.

“No próximo ano, nós estaremos aqui para fazer essa inauguração. Sem dúvida alguma, será uma obra fundamental para a Cidade e para a região”, declarou o ministro, que percorreu toda a área destinada ao equipamento acompanhado do prefeito de Santos, Rogério Santos (PSDB), e do presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini.

Antes da visita, Costa Filho foi recepcionado por Rogério Santos no Palácio José Bonifácio, sede da Prefeitura de Santos. Ainda no Paço Municipal, o ministro foi agraciado com uma placa da Prefeitura de Santos entregue pelo promotor de Justiça Carlos Cabral Cabrera.

O prefeito declarou que o promotor foi o responsável pela articulação entre o Município e a APS para a cessão da área para o projeto de revitalização. “O promotor Cabral tem um papel fundamental na concretização do Parque Valongo e, por isso, é justo que ele entregue a placa ao ministro”.

A construção do Parque Valongo será viabilizada pela Cofco International, que investirá R\$ 15 milhões na primeira fase do projeto. Essa etapa um consiste na recuperação do Armazém 4 e da Casa de Pedra e na construção de uma praça pública na linha d’água, na área onde havia os antigos armazéns 5 e 6.

A obra será viabilizada por meio de um Termo de Responsabilidade de Implantação de Medidas Mitigadoras ou Compensatórias (Trimmc) assinado entre a companhia chinesa, a Administração Municipal e a Autoridade Portuária.

Agenda

À tarde, os últimos compromissos de Silvio Costa Filho na região ocorreram em Guarujá, onde visitou a Prefeitura, reiterou o compromisso para a segunda fase das obras da Avenida Perimetral da Margem Esquerda e, juntamente com o prefeito Válter Suman (PSDB), encerrou a visita na Base Aérea de Santos, em Vicente de Carvalho, onde conferiu as futuras instalações do Aeroporto Civil Metropolitano.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 22/09/2023

MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS DIZ QUE ARTICULA PRORROGAÇÃO DO REPORTO



Operadores portuários têm pressa em garantir a prorrogação do benefício fiscal
Por: Bárbara Farias

O Reporto também pode ser incluído na reforma tributária, por meio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019 Foto: Matheus Tagé/AT

A pouco mais de três meses do fim da vigência do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto), os operadores portuários têm pressa em garantir a prorrogação do benefício fiscal e o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, disse que articula a viabilização da medida. Informou ter mantido conversas com os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e da Casa Civil, Rui Costa, e também fará contatos no Congresso Nacional.

“Eu vou procurar o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para, no mês de outubro, estar com o texto resolvido, por parte do relator, para que a gente possa aprovar essa matéria no Congresso Nacional”, afirmou.

O Governo Federal optou por converter uma medida provisória (MP) que garantiria a prorrogação do texto em um projeto de lei (PL). O benefício fiscal para importação de equipamentos e investimentos em infraestrutura nos portos brasileiros chega ao fim em 31 de dezembro.

Em paralelo, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 4.885/2016, que trata sobre o Reporto, está sob a relatoria do deputado federal Paulo Alexandre (PSDB) na Comissão de Finanças e Tributação, que já prometeu tratar o relatório com “celeridade”.

Para o presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), Sérgio Aquino, a existência de dois projetos de lei não atrasa o processo. “O projeto original, de autoria do deputado federal e ex-ministro de Portos Leônidas Cristino (PDT-CE), precisa de adequações”.

Aquino disse que há tempo hábil para a apreciação do PL. “O projeto (PL 4.885/2016) está de forma terminativa na Comissão da Câmara. O relatório do deputado Paulo Alexandre, sendo votado, não irá a plenário. Não havendo objeção, seguirá para o Senado, onde tem perspectiva de aprovação na Comissão de Infraestrutura, também sem necessidade de ir a plenário”.

O Reporto também pode ser incluído na reforma tributária, por meio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, mas, com a fase de transição até 2033, é preciso editar uma medida que garanta o regime fiscal até 2027.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 22/09/2023

ANDERSON POMINI SEGUE COMO PRESIDENTE DA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS

Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho confirmou permanência nesta quinta-feira (21)

Por: Bárbara Farias



Pomini (à esquerda na foto) foi mantido na APS pelo ministro Silvio Costa Filho Foto: Alexander Ferraz/ A Tribuna

Anderson Pomini seguirá como presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS). O anúncio foi feito pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, nesta quinta-feira (21), na sede administrativa do Porto de Santos, em sua primeira visita à Baixada Santista.

“Anderson Pomini vai permanecer à frente do Porto de Santos. Ele tem espírito público, capacidade de trabalho, de dialogar, de ouvir, de construir pontes, ouvir o contraditório e, dessa maneira, cada vez mais aprimorar a boa governança no Porto de Santos”, disse o ministro.

Há cinco meses no cargo, Pomini primeiramente agradeceu ao antecessor de Costa Filho, Márcio França, agora ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

“Foi ele quem nos passou a responsabilidade inicial de resgatarmos pautas tão importantes para as operações portuárias”.

O presidente da APS destacou que, “a partir de agora, a nossa responsabilidade será dobrada, tendo em vista os apoios que recebemos em cinco meses de trabalho. Nós priorizamos o diálogo, a participação dos sindicatos, dos operadores portuários, da sociedade. Continuaremos com essas orientações que foram passadas pelo ministro”.

Pomini também disse que as prioridades seguem as mesmas. “Primeiro, obras de infraestrutura, que o Porto tem obrigação básica de executar, com manutenção de dragagem, aprofundamento do canal para 16 metros, inicialmente, e na sequência 17 metros, além do término das avenidas perimetrais”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 22/09/2023

MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS FIRMA TERMOS COM SANTOS E GUARUJÁ PARA EXPANDIR POLIGONAL DO PORTO

Silvio Costa foi na obra do Parque Valongo e visitou Aeroporto de Guarujá

Por: Bárbara Farias



O ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, concedeu entrevista coletiva à Imprensa na sede da Autoridade Portuária, na manhã desta quinta-feira (21)
Foto: Alexander Ferraz/AT

De olho na expansão do Porto de Santos, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, assinou nesta quinta-feira (21) três termos de compromisso com os prefeitos de Santos, Rogério Santos (PSDB), e de Guarujá, Válter Suman (PSDB), e com o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini. Na ocasião, ele também anunciou que o túnel

Santos-Guarujá será lançado na próxima segunda-feira (25), em São Paulo, pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Em sua primeira visita à Baixada Santista, o ministro, que chegou acompanhado da nova secretária nacional de Portos e Aeroportos, Mariana Pescatori, disse que gostou muito da região e pretende voltar mais vezes. Em seu discurso, enfatizou que assumir o ministério é um “privilégio”. “Essa é uma das missões mais importantes da minha vida pública. É um privilégio assumir o Ministério de Portos e Aeroportos. Mais de 95% das nossas exportações e importações fazem parte da agenda portuária nacional e em torno de 2% são agenda aeroportuária”.

Costa Filho disse que o maior ativo portuário do Hemisfério Sul é prioritário para a pasta que comanda desde a semana passada. “Se o Porto de Santos vai bem, o Estado de São Paulo vai bem e o Brasil vai bem”, garantiu. Logo depois, destacou que uma de suas linhas de atuação será focada na geração de emprego e renda, com atenção especial aos trabalhadores portuários avulsos.

Dois termos de compromisso assinados ontem tratam de cessão de áreas no Bairro Alemoa, em Santos, na Margem Direita do Porto. Um dos documentos é referente a uma área de 400 mil metros quadrados para expansão da poligonal do Porto de Santos (perímetro administrativo que compreende acessos, instalações, terminais arrendados e áreas de expansão do porto público).

A expectativa é que a medida facilite o desenvolvimento e a instalação de novos empreendimentos. O outro referente à Alemoa abrange a construção de quatro berços de atracação, sendo dois públicos, na área dos terminais de combustíveis.

Já o terceiro termo de compromisso assinado se refere às obras da segunda fase da Avenida Perimetral da Margem Esquerda, em Guarujá, com previsão de R\$ 580 milhões em investimentos. As obras poderão ser licitadas por meio de parceria público-privada (PPP).

“O ministro fez esse anúncio (PPP), uma modelagem avaliada pelo Governo Federal, pela União e pela Autoridade Portuária. O importante para Guarujá é a segregação da mobilidade urbana, pois vivemos em uma cidade turística. O objetivo é reduzir os transtornos. Hoje, cerca de 2,5 mil a 3 mil caminhões circulam pela cidade apenas no retroporto e o mesmo número na Rua do Adubo (Rua Idalino Pinez)”, afirmou o prefeito Válter Suman.

Com a assinatura dos termos, o ministro expressou que sua intenção é manter diálogo aberto com os prefeitos de Santos e Guarujá. “Quero que vocês (Rogério Santos e Válter Suman) façam, em Guarujá e em Santos, a extensão do nosso gabinete nos gabinetes de vocês”. Ele também enalteceu seu antecessor, Márcio França, pelo período no comando da pasta e se comprometeu a dar continuidade às políticas públicas em andamento.

Dragagem

Outra prioridade é o lançamento do edital para a dragagem no Porto de Santos. “A ideia é que a gente possa iniciar a licitação no próximo ano. Estamos avançando sobre um modelo de PPP de 20 anos, da ordem de R\$ 200 milhões por ano, que significa R\$ 6 bilhões no total. Se a gente fizer essa PPP, haverá previsibilidade, independentemente de governo. Teremos a boa governança para dar tranquilidade aos operadores no Porto de Santos”, disse Costa Filho.

Já Pomini destacou que as obras de infraestrutura continuam sendo prioritárias na APS, como a remodelação das avenidas perimetrais das margens Direita e Esquerda, bem como as dragagens de manutenção e aprofundamento do canal de navegação.

Leilão

Quanto ao leilão do STS10, que gera grande expectativa no setor portuário, o ministro disse que espera que o processo seja concluído em seis meses. “A gente espera que em 180 dias possa validar essa operação para, a partir daí, ao lado da Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), avançar nesse projeto que é fundamental para o Porto de Santos”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 22/09/2023

OBRAS DO SISTEMA BINÁRIO DE SANTOS E RABO DO DRAGÃO, EM CUBATÃO, SÃO ENTREGUES

Expectativa é que fluxo rodoviário na Baixada Santista e acesso de caminhões ao Porto de Santos melhorem

Por: ATribuna.com.br



Com o Sistema Binário de Santos, o Governo do Estado acredita que a modernização da conexão Porto-Cidade ajudará a solucionar o conflito viário da região Foto: **Sílvio Luiz/AT**

Foram entregues ontem as obras da segunda etapa do Sistema Binário de Santos e do acesso conhecido como Rabo do Dragão, em Cubatão. A expectativa é que as duas intervenções melhorem o fluxo rodoviário na Baixada Santista e ajudem a circulação de veículos na entrada de Santos e de caminhões no acesso ao Porto de Santos. O volume diário médio de tráfego no

trecho é de 37 mil veículos.



A construção ficou a cargo da concessionária Ecovias, dentro do Programa de Concessões do Estado de São Paulo, beneficiando mais de 560 mil habitantes de Santos e Cubatão, trabalhadores das indústrias locais e motoristas que utilizam as rodovias do Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI). Os investimentos somam R\$ 418,8 milhões e, de acordo com a Ecovias, os trabalhos foram finalizados dois meses antes do prazo estabelecido em contrato.

Com o Sistema Binário de Santos, o Governo do Estado acredita que a modernização da conexão Porto-Cidade ajudará a solucionar o conflito viário da região. O empreendimento permitirá que o tráfego de veículos na entrada do Município se dê pelas pistas centrais da Via Anchieta (SP-150), enquanto o acesso ao Porto de Santos será feito pelas vias laterais.

No pacote de melhorias, entre os quilômetros 59 e 65, estão quatro obras de arte especiais: um viaduto (ramo A) no km 63; o alargamento de ponte sobre o Rio Casqueiro, com a implantação de duas faixas viárias e duas passarelas, também no km 63; e a restauração do pavimento da Rodovia Caminho do Mar (SP-148), que é administrada pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER).



Já o Rabo do Dragão, em Cubatão, vai beneficiar, em especial, os moradores do Jardim Casqueiro e da Vila dos Pescadores Foto: Sílvio Luiz/AT

Já o Rabo do Dragão, em Cubatão, vai beneficiar, em especial, os moradores do Jardim Casqueiro e da Vila dos Pescadores. As obras foram realizadas na Anchieta – km 59+850 – e contemplaram a implantação de uma alça de acesso (de onde vem o nome) que liga o viaduto à Avenida Joaquim Jorge Peralta.

Também houve a restauração da infraestrutura; adequação dos acessos e implantação de via coletora na pista norte da rodovia, permitindo a separação do tráfego urbano do rodoviário; aperfeiçoamento do sistema de drenagem; implantação de iluminação, melhorias no pavimento, sinalização e elementos de segurança.

“A conclusão dessas obras vai melhorar o fluxo rodoviário da região, separando a entrada da cidade de Santos da entrada do porto. A Baixada Santista é um grande polo de serviços e tem bastante importância para o Estado, é onde fica o maior porto da América Latina”, ressalta o secretário estadual de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini.

Quem também participou da inauguração foi o diretor-geral da Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp), Milton Persoli. “A Baixada Santista será beneficiada com as obras que estão sendo entregues. O investimento valoriza a região, além de trazer mais conforto e segurança aos usuários das rodovias”, destacou.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 22/09/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

EM PERNAMBUCO, O VALOR DA PRODUÇÃO DA AQUICULTURA CRESCEU EM 47,6%

A tilápia é responsável por cerca de 75% do faturamento da aquicultura em Pernambuco.

Da Redação ME



A tilápia foi a grande responsável pelo aumento do valor da produção na aquicultura em Pernambuco. Foto : Jonathan Campos / AEN

aumento.

Em Pernambuco, a aquicultura foi o setor que mais cresceu entre os produtos de origem animal, segundo a Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) divulgada nesta quinta-feira (21) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2022, o valor da produção deste setor cresceu 47,6%, alcançando R\$ 446 milhões. Isso fez o Estado sair do 7º colocado para o 5º lugar nacional. A tilápia foi a grande responsável por este

Pernambuco foi a terceira localidade que faturou mais com o peixe, totalizando R\$ 350 milhões, atrás apenas do Paraná e de São Paulo. Foram produzidas aproximadamente 28,9 mil toneladas, sendo que três municípios do Sertão de Itaparica são responsáveis por 92,9% do volume produzido no Estado. Somente o município de Jatobá foi responsável por 15 mil toneladas do cultivo do pescado, correspondendo a mais da metade do total cultivado no Estado. Os outros municípios que se destacaram na produção foram Petrolândia (com 9,6 mil toneladas) e Itacuruba (2,2 mil toneladas). Todos estes municípios são banhados pelo reservatório de Itaparica.

O segundo produto da aquicultura mais abundante no Estado é o camarão, embora Pernambuco tenha saído do quinto para o sexto lugar no ranking nacional da produção. Foram produzidos 4,4 mil toneladas deste crustáceo. O valor da produção da carcinicultura alcançou R\$ 87 milhões, com um acréscimo de 5,9% entre 2022 e 2021.

O Nordeste é responsável por 99% da carcinicultura brasileira. Em Pernambuco, a cidade que mais produziu camarão foi Goiana, na Mata Norte, com cerca de 3,3 mil toneladas. Este município responde por quase 75% de todo o camarão produzido no Estado.



Pernambuco passou a ser o maior produtor de galináceos no Nordeste

Maior produtor de galináceos

Em 2022, Pernambuco se tornou o maior produtor de galináceos do Nordeste, ultrapassando a Bahia e ficando no 7º lugar do ranking nacional. Os galináceos – incluem frangos, frangas, galos, galinhas e pintinhos – e saíram de 50,2 para 58,6 milhões de cabeças, registrando um aumento de 16,8% no período. No Agreste do Estado, São Bento do Una é o quinto

município do País em número de galináceos e responsável por 23,5% do total produzido no Estado.

No entanto, o total de galinhas caiu de 14,3 milhões para aproximadamente 13,6 milhões de cabeças em Pernambuco com um recuo de 5,1% entre 2021 e 2022. Somente a cidade de São Bento do Una, que detém pouco mais de quatro milhões desse total, perdeu 540 mil cabeças no período, caindo da 3ª para a 4ª colocação entre as cidades com o maior número de galinhas do País.

São Bento do Una também é líder na produção de ovos de codorna em Pernambuco com 4.946 mil dúzias e o valor de produção de R\$ 8,6 milhões em 2022. O Estado ocupa o 6º lugar nacional e o segundo lugar no Nordeste, atrás apenas do Ceará, tanto em quantidade produzida, com 11,9 mil dúzias, quanto em valor de produção (R\$ 28,1 milhões). Com 1,1 milhão de cabeças, Pernambuco é o quinto estado em rebanho de codornas, mantendo a posição de 2021.

Pernambuco perde posição na produção de ovos



O Estado saiu da 6ª para a 9ª posição entre os maiores produtores de ovos do País. Em 2022, foram produzidos 275 milhões de dúzias de ovos de galinha, sendo 0,8% a menos em comparação a 2021. Foi a menor quantidade em quatro anos. A queda foi pequena, mas fez o Estado ser ultrapassado na produção pelo Ceará, por Santa Catarina e por Goiás.

O valor de produção alcançou R\$ 1,452 bilhão, o que significou um aumento de quase R\$ 200 milhões a mais do que em 2021. A cidade de São Bento do Una manteve a quarta posição como a cidade que mais produz ovos no Brasil. Em 2022, o município registrou uma produção de 104 milhões de dúzias, sendo 3,5% a mais do que o ano anterior.

Produção de origem animal

O valor de produção em produtos de origem animal em Pernambuco saiu de R\$ 3,3 bilhões em 2021 para R\$ 3,8 bilhões em 2022. Neste período, o Estado caiu do 7º para o 8º lugar no ranking nacional, sendo ultrapassado pelo Ceará, segundo informações da PPM 2022. A produção leiteira bateu um recorde, chegando a 1 bilhão e 178 mil litros, o maior volume já registrado. O aumento foi de 3,6% em 2022.

Em valor de produção, o faturamento dos produtores de leite saiu de R\$ 2 bilhões para R\$ 2,3 bilhões em 2022. Pernambuco também perdeu uma posição para o Ceará, caindo da 8ª para a 9ª colocação nacional. O leite é responsável por 60,64% de todo o valor de produção apurado com produtos de origem animal no Estado. No total, foram ordenhadas 542.755 mil vacas no ano passado, o que dá uma produtividade de aproximadamente 2,2 mil litros por vaca ao ano.

Em Pernambuco, as dez cidades com maior produção de leite em Pernambuco estão distribuídas no Agreste Meridional, Sertão do Moxotó e Sertão do Araripe. A cidade que mais produz leite em Pernambuco é Buíque, com 89 milhões de litros, depois vem Itaíba (75 milhões de litros), Bodocó (56 milhões de litros), Bom Conselho (73 milhões de litros) e Pedra (55 milhões de litros).

Pernambuco em segundo lugar na produção de ovinos

O estado tem o segundo maior efetivo de ovinos do país, com 3,5 milhões de cabeças em 2022, um acréscimo de 2,2% perante o ano anterior. A quantidade de animais do ano passado foi a maior desde o início da série histórica da PPM em 1974. Pernambuco detém 16,5% do total nacional de cabeças. É bom para o Estado porque são animais que se adaptam melhor as condições do semiárido nordestino.

No Brasil, dos dez municípios com maior efetivo desses animais, três são pernambucanos. Dormentes, no Sertão, é o quarto município brasileiro com o maior número de ovinos, com 330 mil cabeças, além de Afrânio (250 mil cabeças) e Petrolina (210 mil cabeças).

Entre os caprinos (bodes, cabras e cabritos), Pernambuco manteve o segundo lugar nacional em 2022 com 3,2 milhões de cabeças, registrando aumento de 3,1% em relação ao ano anterior. O estado tem 26% de todo o rebanho nacional, superado apenas pela Bahia. A cidade de Floresta, com 360 mil cabeças, manteve o segundo maior rebanho entre os municípios brasileiros, enquanto Petrolina, com 290 mil cabeças, caiu da terceira para a quinta posição.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 22/09/2023

EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR: CABEDELLO REALIZA OPERAÇÃO INÉDITA, DE 20 MIL TONELADAS

Exportação de açúcar em Cabedelo foi viabilizada por investimentos de R\$ 120 milhões concluídos recentemente pelo Governo da Paraíba e que vão otimizar as condições logísticas para diversos setores

Por Fernando Ítalo



Exportação de açúcar por Cabedelo: movimentação foi viabilizada por investimentos de R\$ 120 milhões em dragagem e modernização de armazéns/Foto: Companhia Docas da Paraíba (Site)

A exportação de açúcar está sendo iniciada no Porto de Cabedelo (PB) após 88 anos em que o ancoradouro paraibano, por limitações operacionais, esteve fora das rotas para o comércio internacional da commodity. A meta do governo estadual e do setor sucroenergético local é, em até

cinco anos, movimentar 100 mil toneladas/ano.

O presidente-executivo do Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool no Estado da Paraíba (Sindalcool), Edmundo Coelho, está confiante na consolidação dos embarques do produto por meio de Cabedelo. Segundo o executivo, a mudança vai melhorar o transporte da produção do setor destinada ao mercado externo, pois até o momento as usinas paraibanas dependiam de dois portos fora do estado para o escoamento: Recife e Suape, em Pernambuco.

Exportação de açúcar é iniciada com embarques de 20 mil toneladas para África do Sul

Os embarques de açúcar por Cabedelo serão iniciados com a movimentação histórica de 20 mil toneladas da usina Japungu Agroindustrial, destinadas à África do Sul. O volume representa 13% do total das exportações paraibanas em 2022. As primeiras 10 mil toneladas começaram a ser estocadas esta semana e sairão do porto em outubro. Outra remessa tem previsão de acontecer ainda este ano.

“É um novo momento proporcionado pela exportação de açúcar no Porto de Cabedelo e isso fortalece ainda mais nosso segmento”, afirma o diretor da Japungu Agroindustrial, José Bolivar Melo Neto.

Setor sucroenergético atinge o melhor resultado em quatro safras

A Paraíba alcançou na safra que está sendo encerrada (2022/2023) 7,4 milhões de toneladas de cana-de-açúcar produzida, o melhor resultado em quatro safras, com um aumento de 23% neste período. O volume foi de 5,6 milhões de toneladas na temporada 2021/2022, seis milhões na colheita 2020/2021 e também seis milhões em 2019/2020.

A agroindústria sucroenergética é uma das bases da economia paraibana. Com um clima favorável e solos propícios, o estado tradicionalmente se destaca no setor da cana-de-açúcar do Nordeste, ocupando o terceiro lugar, atrás dos líderes Alagoas e Pernambuco.

A atividade, além da sinergia com as indústrias instaladas no estado, por meio do fornecimento de açúcar e etanol, gera resultados importantes para a balança comercial da Paraíba, devido às exportações, que devem se fortalecer com a entrada de Cabedelo nas rotas do setor.

Exportação de açúcar é iniciada após investimentos do Governo da Paraíba

O início da movimentação de açúcar em Cabedelo foi possibilitado por investimentos de R\$ 120 milhões concluídos recentemente pelo Governo da Paraíba e que vão otimizar as condições de exportação e importação para diversos setores.

A obra mais importante desse pacote foi a dragagem do canal de acesso e bacia de evolução. A profundidade passou de 9,14 metros para 11 metros, permitindo a operação de navios com até 55 mil toneladas e que o porto funcione 24 horas por dia, independente da altura da maré. Outra intervenção relevante foi a reforma e modernização de dois armazéns (1 e 7), garantindo condições para a estocagem da commodity.

O governador João Azevedo (PSB) afirma que outros investimentos estão previstos para melhorar a infraestrutura do porto, como a construção de uma ponte ligando Cabedelo à cidade de Lucena, incrementando a integração do porto à malha rodoviária. Segundo ele, também haverá a ampliação do pátio de carga containerizada.

Operações em Cabedelo crescem 103% em julho de 2023

Os investimentos e ampliação do mix acontecem num momento de crescimento de Cabedelo. O porto alcançou um incremento de 103% no volume movimentado em julho deste ano, comparado aos números do mesmo mês em 2022. O relatório divulgado pela Companhia Docas da Paraíba contabiliza 166,5 mil toneladas de carga, englobando produtos como trigo, malte, petcoke (coque de petróleo, usado como combustível na indústria), diesel e gasolina.

O destaque, no período em análise, foi o petcoke, com 74 mil toneladas operadas, principal responsável pelo desempenho do ancoradouro em julho. No acumulado do ano, o porto registra um crescimento de 6,19%.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 22/09/2023



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

INSTITUCIONAL - ANTAQ APROVA CONSULTA PÚBLICA DO CANAL DE ACESSO DO PORTO DE PARANAGUÁ

Essa é a primeira concessão de canal de acesso do país



Processo de concessão do Canal de Acesso do Porto de Paranaguá passará ainda por audiência pública

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) aprovou, nesta quarta-feira (20), a realização de consulta pública para obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento dos estudos para o projeto para concessão do acesso aquaviário ao Porto de Paranaguá (PR).

Trata-se da primeira proposta de concessão de canal de acesso portuário do país. A proposta prevê que o prazo contratual previsto seja de 25 anos, com assunção da área prevista para o ano de 2024, com possibilidade de prorrogações sucessivas até o limite de 70 anos. A estimativa do Capex é de R\$ 1,07 bilhão, do Opex de R\$ 2,35 bilhões e da receita bruta global de R\$ 8,85 bilhões.

Em seu voto, o relator do processo, diretor Lima Filho, afirmou que a audiência pública será importante para que os interessados possam trazer contribuições e melhorias para o projeto.

“Entendo que as principais questões controversas foram adequadamente enfrentadas na instrução processual. Há, como indicado pela Assessoria Especial de Concessões de fato, alguns temas que demandam uma maior reflexão e amadurecimento. No entanto, corroboro as considerações da AEC no sentido de que esses temas poderão ser debatidos concomitantemente ao procedimento de audiência pública”, disse.

A aprovação e o período de contribuição serão definidos nos próximos dias e publicado no Diário Oficial da União (DOU).

**Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

Fone: (61) 2029-6520
FAX: (61) 2029-6517
E-mail: asc@antaq.gov.br
Data: 22/09/2023

 Presidência da República
Portos e Aeroportos

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

ANDERSON POMINI SEGUIRÁ À FRENTE DA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS, ANUNCIA COSTA FILHO



Políticas do novo Governo Federal como a construção do túnel Santos-Guarujá e expansão sustentável do Porto de Santos seguem lideradas pelo advogado.

Ministro Costa Filho anuncia permanência de Anderson Pomini à frente da Autoridade Portuária de Santos. Foto: Vosmar Rosa/MT

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, informou, nesta quinta-feira (21), que Anderson Pomini segue no cargo de diretor-presidente da Autoridade

Portuária de Santos (SP), mantendo o andamento de projetos estratégicos dirigidos pela APS.

A instituição seguirá, assim, com o seu principal quadro para implementar os projetos necessários ao fortalecimento do maior porto da América Latina.

O Porto de Santos é o principal porto do país em valores de carga movimentadas, responsável historicamente por no mínimo 25% do comércio exterior brasileiro, e figura anualmente na metade superior do ranking de 100 maiores portos da publicação britânica Lloyd'sList (que leva em conta apenas a movimentação de contêineres), referência das indústrias de portos e navegação.

Costa Filho pretende dar continuidade aos processos de concessão dos terminais e dos serviços de dragagem, além de atender às necessidades de evolução tecnológica e de viabilizar o túnel submerso Santos-Guarujá.

“Vamos dar continuidade às ações e ao trabalho que vinha sendo realizado e, de maneira coletiva, trabalhar ainda mais para melhorar o Porto de Santos com um grande plano de investimentos e com ações na área social. Estaremos juntos nessa construção para ajudar São Paulo e o Brasil”, afirmou o ministro.

Sobre o diretor-presidente

Anderson Pomini é advogado, com vasta experiência em Direito Público, Constitucional, Político e Eleitoral; mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, de São Paulo, com especialização em Direito Constitucional e Político e graduação pelas Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU/SP e pela Escola Judiciária do TRE/SP.

Pomini foi secretário de Justiça do município de São Paulo; secretário parlamentar na Câmara dos Deputados; atuou na OAB/seção SP, e fundou o escritório de advocacia Pomini Sociedade de Advogados. Tem especialização em Direito Eleitoral e Processual Eleitoral pela Escola Judiciária Eleitoral do Estado de São Paulo do Tribunal Regional Eleitoral e larga experiência na área do Direito Público.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 22/09/2023

GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

ACORDO ENTRE BRASIL E PORTUGAL PERMITE AÇÕES CONJUNTAS PELA INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE EM TRANSPORTES

“Cooperação técnica entre a Infra S.A. e a IP Engenharia S.A. certamente ajudará o Brasil a fortalecer investimentos, observando a experiência e o que Portugal faz de melhor em rodovias e ferrovias”, reforçou o ministro Renan Filho



Assinatura de acordo faz parte de uma série de agendas da delegação brasileira - Foto: Luiz Siqueira/MT

Impulsionar a infraestrutura de transportes de forma sustentável passou a ser uma meta compartilhada entre os governos do Brasil e de Portugal com a assinatura, nesta quinta-feira (21), de um memorando de entendimento para desenvolver ações conjuntas nesse sentido. O documento celebra a parceria entre a empresa pública brasileira Infra S.A. e a IP Engenharia S.A, do grupo Infraestruturas de Portugal, responsável por gerir as redes rodoviárias e ferroviárias

portuguesas.

A assinatura do acordo faz parte da série de agendas que a delegação brasileira liderada pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, cumpre em Portugal nesta semana para trocar experiências – especialmente relacionadas a inovações tecnológicas e no campo regulatório – e apresentar as oportunidades no Brasil a investidores da União Europeia.

“Essa cooperação técnica certamente vai ajudar o Brasil a fortalecer investimentos por meio da troca de informações, atentos ao que Portugal faz de melhor no setor. Modernizamos o nosso modelo de concessões a fim de garantir mais segurança jurídica, mais previsibilidade, e atrair mais capital internacional para o Brasil”, ressaltou o ministro dos Transportes, Renan Filho, durante o ato de assinatura, na sede da empresa portuguesa, na cidade de Almada.

Quais os objetivos do acordo?

- “Agora estamos percorrendo o mundo para observar as experiências internacionais e verificar se estamos conectados”, disse Renan Filho.
- Promover iniciativas conjuntas para projetos de inovação relevantes para os dois países;
- Desenvolver atividades para impulsionar uma gestão de infraestrutura mais inteligente e sustentável;
- Fomentar ações conjuntas que potenciem projetos de cooperação e capacitação técnica, em mercados terceiros;
- Disseminar o desenvolvimento de infraestruturas de transporte sustentáveis;
- Fortalecer parcerias estratégicas e promover a troca de conhecimento e o desenvolvimento de infraestruturas sustentáveis nos países de língua portuguesa.

As iniciativas devem ser de interesse mútuo, sempre alinhadas ao desenvolvimento de projetos capazes de unir inovação e sustentabilidade em infraestrutura de transportes.

“São empresas similares, que têm as mesmas demandas. Considerando o projeto de concessões grandioso que o Brasil prevê para os próximos anos, é importante termos essa parceria com Portugal, que já têm uma grande experiência com concessões”, complementou o diretor-presidente da Infra S.A., Jorge Bastos, que assinou o documento com o presidente da Infraestruturas de Portugal, Miguel Cruz.

Com a medida, a Infra S.A. e a IP Engenharia S.A reafirmam o compromisso em estimular a troca de experiências de natureza técnica e o fortalecimento das relações institucionais entre entidades públicas do Brasil e de Portugal.

Investidores

Fechando a programação em Portugal, nesta sexta-feira (22) a delegação brasileira apresentará os principais destaques do pipeline do Governo Federal para rodovias e ferrovias a potenciais investidores europeus no roadshow Brasil Transport Invest - Portugal. Entre os interlocutores, estão previstos cerca de 40 grupos distintos entre fundos de investimentos, operadores, concessionárias, entidades financeiras, de representação jurídica e empresarial.

Integram a comitiva do ministro Renan Filho o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro; a secretária nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse; o chefe da Assessoria Internacional do Ministério dos Transportes, Luiz Antônio Dantas; o diretor-presidente da Infra S.A., Jorge Bastos; e o diretor-geral da ANTT, Rafael Vitale.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 22/09/2023



PORTAL PORTO GENTE

NITERÓI CONSTRÓI CAMINHO PARA UM FUTURO PUJANTE

Editor Portogente

O nível de negócio oferecido ao cliente é o negócio do negócio (anônimo)

Os gestos do prefeito de Niterói, Axel Gael (PDT) e do presidente da empresa executora da obra, DTA Engenharia, engenheiro João Acácio Gomes de Oliveira Neto, no último dia 18, ao assinarem o contrato de execução da dragagem do Canal de São Lourenço, celebram os 450 anos da cidade e construirão um caminho largo para o progresso chegar. Assim, fortalecer a economia regional e gerar trabalho. Ampliar a Infraestrutura de acesso aquaviário ao Complexo Industrial e Portuário de Niterói.



Prefeitura de Niterói assina contrato para dragagem do Canal de São Lourenço. Crédito: Prefeitura de Niterói.

Uma obra tão esperada por décadas, a dragagem do Canal de São Lourenço vai dar maior produtividade à navegação. Implica um dos maiores licenciamento ambiental da história do Estado do Rio de Janeiro. Ao aumentar a profundidade atual de 7 metros para 11 metros, vai impulsionar um complexo industrial que abrange, principalmente, atividades nas áreas da pesca, petróleo e naval. Sinais de um novo tempo.

As obras terão início em dezembro próximo e o prazo de execução é de 15 meses. Ao final, terá sido instalado um novo horizonte com infraestrutura compatível com produção e distribuição inovadas. Uma visão com percepção do fundamental e usufruir da prosperidade do transporte aquaviário, que mudou o mundo.

No contexto de promover desenvolvimento, o prefeito Axel implanta condição fundamental para o crescimento dos fluxos dos transportes e mercadorias, bem como aquecimento do comércio na região de Niterói. Uma estratégia prioritária para atrair investimentos, fomentar novas atividades; consequentemente, gerar trabalho e melhorar a vida das pessoas na região.



Essa inovação de um complexo produtor é como a largada de uma nova prova de corrida. Nas palavras do presidente da DTA, João Acácio: "Somos um grupo brasileiro e essa é uma das maiores obras já realizada por uma prefeitura no Brasil. Não é uma dragagem convencional, pois são várias etapas, com retirada de sedimentos contaminados. Isto exigirá muita técnica e equipamento especializado bem como aplicação de mão de obra local."

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 22/09/2023



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – UMA NOVA RODOVIA PARA O DESENVOLVIMENTO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

Apesar de ser uma promessa de campanha do governador de São Paulo, Tarcísio Gomes de Freitas, o projeto de construir mais uma rodovia ligando a Grande São Paulo ao Porto de Santos (SP) ainda é debatido internamente por seu secretariado. Na prática, está em estudos, sem perspectiva de realização. Ou como disse o secretário estadual de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini, nesta semana, não é uma prioridade.

Diante desse cenário, ontem, durante sua visita ao Porto, o ministro de Portos e Aeroportos. Sílvio Costa Filho, do mesmo partido que Tarcísio, o Republicanos, se comprometeu a conversar com o governador sobre o empreendimento. Há o entendimento de que essa é uma obra já necessária, diante da crescente movimentação de cargas do complexo marítimo e dos frequentes congestionamentos, por excesso de veículos, nas estradas que atendem o cais santista, especialmente a Via Anchieta. A própria Autoridade Portuária de Santos teme um agravamento da situação nos próximos anos.

A iniciativa do ministro é uma boa notícia. Será mais uma voz a defender uma obra tão defendida pela comunidade portuária.

A Via Anchieta, apesar de ser um elo vital para o transporte de cargas para o Porto de Santos, está alcançando seu limite de capacidade. Com cerca de 12 mil caminhões descendo por essa estrada diariamente, qualquer intercorrência pode resultar em enormes atrasos e prejuízos. Além disso, o trecho de serra da Via Anchieta frequentemente enfrenta problemas de tráfego e segurança.

Uma nova rodovia, adequadamente planejada e construída, não apenas aliviaria a pressão sobre a via Anchieta, mas também garantiria um fluxo mais suave e eficiente de cargas para o Porto de Santos. Isso não é apenas uma questão de conveniência, mas também de vital importância econômica e essencial para a mobilidade da região.

O Porto de Santos é um dos mais movimentados do Brasil e desempenha um papel crucial na economia do país. Facilitar o transporte de mercadorias para e a partir do porto é estratégico para garantir a competitividade e o crescimento sustentável da região.

Portanto, o apoio do ministro a essa obra é bem-vindo e que sua intervenção leve o governador Tarcísio de Freitas e todas as partes interessadas a considerar seriamente essa proposta e a colaborar na busca de soluções viáveis. Uma nova rodovia não apenas beneficiaria o transporte de cargas, mas também contribuiria para a segurança rodoviária e a qualidade de vida dos cidadãos da região. É hora de investir no futuro, e uma nova rodovia é um passo na direção certa para promover o desenvolvimento sustentável e o progresso econômico.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/09/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

ADIADO

O lançamento do novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) em São Paulo foi adiado. Ele estava previsto para a próxima segunda-feira, no Memorial da América Latina, mas terá de ser reagendado. A decisão partiu do próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que prefere ficar em Brasília na próxima semana - na sexta-feira, dia 29, ele passará por uma cirurgia para colocar uma prótese na cabeça do fêmur, no quadril e, antes, quer definir questões importantes, como a sucessão do procurador-geral da República, Augusto Aras, e da ministra Rosa Weber, atual presidente do Supremo Tribunal Federal (STF).

ADIADO 2

Até o final da noite dessa quinta-feira, ainda não havia uma nova data para o lançamento do PAC em São Paulo. Após a operação, o presidente terá de permanecer um mês em repouso. Nesse período, irá despachar diretamente do Palácio da Alvorada.

ADIADO 3

O lançamento do PAC nessa segunda-feira, na capital paulista, iria reunir os ministros Rui Costa (Casa Civil), Alexandre Padilha (Relações Institucionais), Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos) e Renan Filho (Desenvolvimento Regional), além do governador Tarcísio Gomes de Freitas.

ROADSHOW

Os projetos brasileiros de concessões rodoviárias e ferroviárias serão apresentados a investidores europeus hoje, em Lisboa. A exposição será feita pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, e por integrantes de sua comitiva durante o Brasil Transport Invest - Portugal. Segundo o ministério, as oportunidades de negócio somam R\$ 280 bilhões. Na equipe de Renan, estão o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro; a secretária nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse; o diretor presidente da Infra S.A., Jorge Bastos; e o diretor-geral da ANTT, Rafael Vitale.

ZPE

O presidente da Associação Brasileira de Zonas de Processamento de Exportação (Abrazpe), Helson Braga, e deputados federais da Frente Parlamentar em Defesa das ZPE se reuniram com o presidente em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, na última quarta-feira, em Brasília. Em pauta, linhas de ação para a expansão e o fortalecimento dessas zonas de exportação no Brasil.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/09/2023

NACIONAL - MINISTRO ASSINA TERMOS DE COMPROMISSO VISANDO AMPLIAÇÃO DO PORTO DE SANTOS

Documentos se referem à expansão da poligonal, construção de berços de atracação e obras na Perimetral de Guarujá

Por Cássio Lyra cassio@portalbenews.com.br



O ministro de Portos e Aeroportos assinou os termos de compromisso envolvendo o Porto de Santos e a ordem de serviço para a construção do Aeroporto de Guarujá

O novo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, visitou na quinta-feira (21) as cidades paulistas de Santos e Guarujá, onde assinou três termos de compromisso de obras visando, principalmente, a ampliação do Porto de Santos.

Os documentos foram assinados na sede da



Autoridade Portuária de Santos (APS), juntamente com os prefeitos das duas cidades – Rogério Santos (PSDB), de Santos, e Válder Suman (PSDB), de Guarujá -, além de Anderson Pomini, presidente da empresa pública que administra o complexo portuário.

Costa Filho também aproveitou a ocasião para confirmar a manutenção de Pomini à frente da APS.

O primeiro termo assinado refere-se à viabilidade de estudos para expansão da área poligonal do Porto de Santos a partir de uma área de 400 mil m², que pertence à Prefeitura de Santos, no bairro Alemoa.

“O ministro nos determinou para incluirmos esses 400 mil metros quadrados como sendo de área portuária. Depois de uma análise técnica, irá depender, claro, de um futuro acordo com a Prefeitura, respeitando as exigências formais”, afirmou o presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini.

O segundo diz respeito à construção de quatro berços de atracação na área onde estão localizados os terminais de combustíveis, também no bairro Alemoa, na margem direita do Porto de Santos.

E o terceiro termo de compromisso é referente às obras da segunda fase da Avenida Perimetral, em Guarujá. Os serviços preveem melhorias de pavimentação e infraestrutura, visando a entrada e saída de caminhões pela via conhecida como Rua do Adubo, que dá acesso aos terminais da margem esquerda.

Orçada em R\$ 580 milhões, a obra está inserida no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal e deve ter início no ano que vem, de acordo com a APS.

Após a coletiva de imprensa, o ministro e as demais autoridades presentes se reuniram com líderes e representantes de sindicatos ligados ao Porto de Santos. No encontro, que durou pouco mais de uma hora, os sindicalistas pediram, entre várias reivindicações, a garantia dos empregos, a não desestatização do Porto de Santos e a revisão do Portus – fundo de aposentadoria dos trabalhadores das administrações portuárias.

Túnel e agenda em Guarujá

Após encerrar sua agenda em Santos, o ministro Silvio Costa Filho fez um passeio de barco para conhecer o canal do Porto de Santos. Na ocasião, ele pôde ter uma noção do traçado do futuro túnel imerso que ligará as duas margens do complexo, entre Santos e Guarujá. O empreendimento de pouco mais de R\$ 5 bilhões é o maior incluído no PAC.

Após o passeio, o ministro desembarcou em Guarujá. Lá, ele visitou a Base Aérea de Santos, local que abrigará as futuras instalações do Aeroporto Civil Metropolitano de Guarujá. Costa Filho assinou a ordem de serviço para a construção do futuro terminal, na ordem de R\$ 21 milhões.

Outros assuntos abordados pelo ministro em Santos

– Desestatização

O ministro afirmou que trata-se de uma decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), visando a valorização do cais santista.

– STS 10

Costa Filho disse que espera que o processo sobre o terminal seja concluído em pelo menos seis meses, aguardando a validação. Ele afirmou que o ministério atuará em conjunto com a Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários).

– Dragagem

Costa Filho falou também sobre a modelagem e cronograma para a dragagem de aprofundamento do canal do Porto de Santos. O ministro disse que há avanços sobre o projeto de uma PPP (Parceria Público-Privada), com previsão da licitação para o ano que vem.

– Setor aéreo

O ministro revelou que está abrindo diálogos com a Infraero e com as companhias aéreas. Afirmou que pretende construir 100 novos aeroportos regionais e destacou que dará prioridade para a aviação de cargas. Segundo ele, o Brasil tem um grande potencial, mas que é pouco utilizado e pode oferecer isso ao mercado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/09/2023

REGIÃO SUDESTE - MINISTRO CONFIRMA PERMANÊNCIA DE ANDERSON POMINI NA PRESIDÊNCIA

Executivo afirmou que continuidade da gestão será uma responsabilidade em dobro

Por CÁSSIO LYRA cassio@portalbenews.com.br



O presidente da APS, Anderson Pomini, recebeu elogios do ministro Silvio Costa Filho, que destacou características como espírito público, capacidade de trabalho e de diálogo Crédito: Divulgação

“No cargo público, o objetivo de quem ocupa é entregar. Com essa confirmação da nossa permanência, essa confiança oferecida pelo ministro nos oferece essa possibilidade de poder entregar essas boas ações que foram já iniciadas”

**Anderson Pomini,
presidente da APS**

Anderson Pomini na presidência da Autoridade Portuária de Santos (APS). Ele fez o anúncio durante sua visita ao Porto de Santos, na quinta-feira (21)

O novo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, confirmou a permanência de

O compromisso do ministro foi o primeiro em um complexo portuário desde que assumiu oficialmente a titularidade da pasta, no último dia 13.

Antes mesmo de iniciar a coletiva de imprensa na sede da Autoridade Portuária de Santos, Costa Filho pediu alguns minutos para um pronunciamento, no qual confirmou a permanência de Pomini no cargo.

“Imagino que a primeira indagação da imprensa é sobre a permanência do doutor Pomini. E digo aqui que ele vai permanecer à frente do Porto de Santos”, disse.

Costa Filho afirmou que a decisão de não mudar a presidência do cais santista partiu das conversas que vem tendo com deputados, entidades e associações voltadas ao Porto de Santos desde a sua posse.

“Todas as informações sobre o Pomini são as melhores possíveis. Tem espírito público, capacidade de trabalho, de dialogar, construir pontes e dessa maneira a gente pode aprimorar a boa governança do Porto de Santos. Esperamos trabalhar de maneira coletiva”, disse.



O ministro de Portos e Aeroportos ainda fez menção ao seu antecessor na pasta, Márcio França, que indicou Pomini para a presidência da Autoridade Portuária, assim como toda a diretoria da APS. Segundo Costa Filho, França fez garantias do bom trabalho de Pomini, o que só reforçou, segundo o novo ministro, a permanência do executivo no cargo.

Responsabilidade em dobro

Ao BE News, durante a agenda do ministro no porto e na cidade de Santos, Anderson Pomini afirmou que a responsabilidade da atual diretoria será dobrada.

“Nunca escondemos que tínhamos a vontade de continuar justamente para assegurar a continuidade daquilo que começamos. No cargo público, o objetivo de quem ocupa é entregar. Com essa confirmação da nossa permanência, essa confiança oferecida pelo ministro nos oferece essa possibilidade de poder entregar essas boas ações que foram já iniciadas. A expectativa é muito boa e a responsabilidade é dobrada”, analisou o diretor-presidente da APS.

O prefeito de Santos, Rogério Santos, disse ao BE News que classificou a permanência de Pomini como positiva.

“Como o ministro bem falou, todas as esferas pediram pela permanência do Pomini. Tantos avanços tivemos nesses últimos seis meses, primeiro com o ministro Márcio França, agora com o ministro Silvio. E agora vamos ter a continuidade dos projetos, que são importantes. Pomini está a frente desses projetos junto com a Prefeitura”, analisou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/09/2023

REGIÃO SUDESTE - ZR NEWS REPERCUTE CONTINUIDADE DO PRESIDENTE DA AUTORIDADE PORTUÁRIA

Por CÁSSIO LYRA cassio@portalbenews.com.br

O Programa ZR News, que dedica as quintas-feiras ao noticiário do setor portuário, repercutiu na edição do dia 21 a confirmação da permanência de Anderson Pomini à frente da Autoridade Portuária de Santos (APS). A notícia foi revelada pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, durante sua visita ao Porto de Santos.

Um dos convidados do programa, o vice-presidente da Transbrasa, Bayard Umbuzeiro Neto, enxergou com bons olhos a continuidade de Pomini à frente da empresa pública que administra o Porto de Santos.

“Em toda mudança existe uma certa resistência do segmento, porque descontinua um trabalho executado. No caso da permanência, vejo com bons olhos porque ele tem a chance de dar continuidade ao trabalho que se iniciou há quatro meses. Então, acredito que tem que dar continuidade e que o segmento entenda como boa a permanência do Pomini”, comentou.

O jornalista Leopoldo Figueiredo, diretor de Redação do BE News, destacou que recentes decisões de Silvio Costa Filho indicam que o Ministério de Portos e Aeroportos troca o titular da pasta, mas procura dar continuidade a projetos que já estão em andamento.

Santos Export

Todas as quintas-feiras o ZR News, com apresentação do jornalista Zerri Torquato, é voltado para os assuntos portuários, além de ter o quadro Santos Export. O programa pode ser acompanhado também pelo <https://portalbenews.com.br>.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/09/2023

REGIÃO SUDESTE - SANTOS DÁ INÍCIO ÀS OBRAS DA PRIMEIRA FASE DO PARQUE VALONGO

Por CÁSSIO LYRA cassio@portalbenews.com.br



Crédito: *Divulgação/Prefeitura de Santos*

As obras da primeira fase do Parque Valongo foram iniciadas na quinta-feira (21), em Santos, com a presença do prefeito Rogério Santos e do ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. O projeto, com recursos da iniciativa privada, vai transformar áreas de antigos armazéns portuários, no Centro Histórico, em espaço de lazer, convivência e de atividades esportivas e culturais.

Nesta primeira etapa, os serviços serão destinados à construção de uma área turística e de lazer no espaço antes ocupado pelos armazéns 5 e 6 do cais santista, já demolidos. Também integram a primeira fase o restauro e revitalização do armazém 4. A previsão é de que ela seja concluída em julho de 2024.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/09/2023

REGIÃO SUDESTE - COSTA FILHO QUER LEVAR TEXTO DO REPORTO AO CONGRESSO NO PRÓXIMO MÊS

Renovação do regime foi colocado como uma das prioridades do novo ministro de Portos e Aeroportos

Por CÁSSIO LYRA cassio@portalbenews.com.br



O Reporto representa o regime em que se garante isenção fiscal para investimentos em portos e ferrovias e sua validade se encerra no próximo dia 31 de dezembro Crédito: *Divulgação/APS*

SEGUNDO O MINISTRO, O TEXTO FINAL ESTÁ EM FASE DE PRODUÇÃO, EM CONJUNTO COM O MINISTÉRIO DA ECONOMIA E O TITULAR DA PASTA, MINISTRO FERNANDO HADDAD, E O RELATOR, O DEPUTADO PAULO ALEXANDRE BARBOSA

Silvio Costa Filho, ministro de Portos e Aeroportos, afirmou durante sua visita ao Porto de Santos que espera poder apresentar o texto sobre a prorrogação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) no Congresso Nacional no próximo mês. Nesta semana, durante reunião com a diretoria e conselheiros do Grupo Brasil Export, o ministro já havia afirmado que vai trabalhar para estender a validade do Reporto pelos próximos cinco anos.

Segundo o ministro, o texto final está em fase de produção, em conjunto com o Ministério da Economia e o titular da pasta, ministro Fernando Haddad, e o relator, o deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB/SP).

“Estamos desenhando um texto para que seja equilibrado no sentido de dialogar com a Câmara e com o Congresso Nacional. Estamos tentando prorrogar por mais cinco anos, para que possa fazer a preservação da reforma tributária, para que não se tenha impacto nas empresas”, explicou.

Segundo Costa Filho, a ideia principal é ter o texto pronto para ser apresentado no Congresso já no próximo mês.

“Paralelamente vou procurar os presidentes da Câmara, deputado Arthur Lira (Progressistas/AL), e o presidente do Senado, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para que a gente possa, ao longo do mês de outubro, estar com o texto resolvido por parte do relator para poder aprovar essa matéria no Congresso Nacional”, revelou.

O Reporto representa o regime em que se garante isenção fiscal para investimentos em portos e ferrovias. O benefício é uma das principais demandas do setor privado junto ao Governo Federal e sua validade se encerra no próximo dia 31 de dezembro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/09/2023

REGIÃO SUDESTE - MINISTRO PROMETE FALAR COM TARCÍSIO POR NOVA LIGAÇÃO PLANALTO-PORTO DE SANTOS

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, afirmou que vai dialogar com o governador de São Paulo Tarcísio de Freitas (Republicanos) a respeito do projeto de uma nova ligação rodoviária entre São Paulo e Santos, pensando no transporte de cargas para o Porto de Santos.

Por CÁSSIO LYRA cassio@portalbenews.com.br

A única via de acesso para caminhões da Grande São Paulo ao Porto de Santos é a via Anchieta, a mais antiga do Sistema Anchieta-Imigrantes, que está chegando ao seu limite Crédito: Divulgação/Ecovias



VAMOS PROCURAR O GOVERNADOR TARCÍSIO PARA VER SE PODEMOS TRABALHAR PARA QUE ESSA OBRA POSSA SAIR DO PAPEL. NÃO POSSO PROMETER AQUILO QUE AINDA NÃO ESTÁ DE FATO DESENHADO, MAS NOS COMPROMETEMOS A TRABALHAR DE MANEIRA COLETIVA PARA VER COMO PODEMOS CONSTRUIR ESSA OBRA VITAL”

SILVIO COSTA FILHO
ministro de Portos e Aeroportos

Na coletiva de imprensa, ao ser questionado sobre o projeto e necessidade de uma nova pista entre Planalto-Planície, Costa Filho disse não fazer garantias, mas prometeu trabalhar em conjunto visando o desenvolvimento da região.

“É um desejo antigo de todos os empresários, caminhoneiros, e prioridade da agenda portuária. Conversei com o presidente Pomini, que até apresentou um projeto que iremos apresentar. Vamos procurar o governador Tarcísio para ver se podemos trabalhar para que essa obra possa sair do papel. Não posso prometer aquilo que ainda não está de fato desenhado, mas nos comprometemos a trabalhar de maneira coletiva para ver como podemos construir essa obra vital”, afirmou.

Ao BE News, na quinta-feira (21), o diretor-presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS) mostrou confiança no trabalho do novo ministro em demonstrar a necessidade e urgência da obra para o Governo do Estado.

“Tenho a certeza de que o ministro, que é muito habilidoso, vai convencer o governador apresentando dados, pesquisas técnicas, da importância dessa obra, dela entrar na agenda de relevância pro Governo do Estado. Não tenho dúvidas de que em breve o governador estará debruçado sobre a construção dessa nova pista. Trata-se de uma obra fundamental para o escoamento dos produtos de tudo o que chega e sai do Porto de Santos”, analisou.

A única via de acesso para a chegada de caminhões ao complexo portuário é a via Anchieta, a mais antiga do Sistema Anchieta-Imigrantes, que está chegando ao seu limite

Conforme números apresentados pela concessionária EcoRodovias, pelo menos até 12 mil caminhões descem pela via Anchieta por dia, com o número podendo ser diretamente afetado em razões de intercorrência na rodovia, principalmente no que diz respeito ao seu trecho de serra.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 22/09/2023

REGIÃO NORDESTE - VALE INVESTIRÁ R\$ 240 MILHÕES EM INFRAESTRUTURA 4G NA FERROVIA CARAJÁS

Serão instaladas 49 novas torres de telefonia móvel ao longo dos trilhos que ligam os estados do Maranhão e Pará

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br



Serão instaladas 49 novas torres de telefonia móvel, além da ativação de sinal em outras 27 torres já existentes, alterando toda a comunicação da ferrovia de analógica para digital Crédito: Divulgação/Vale

A Vale vai investir R\$ 240 milhões até 2025 na implantação e melhoria da infraestrutura 4G ao longo dos 900 km da ferrovia Carajás, que liga os estados do Maranhão e Pará, contemplando as 28 cidades do trajeto. O projeto é uma parceria com a empresa de telefonia Vivo, com

infraestrutura fornecida pela Nokia.

Ao todo, serão instaladas 49 novas torres de telefonia móvel, além da ativação de sinal em outras 27 torres já instaladas. Com isso, toda a comunicação da ferrovia será alterada de analógica para digital. E, apesar de ser classificada como rede privada, a ideia é que as comunidades vizinhas à ferrovia e à operação ferroviária sejam beneficiadas com o sinal de internet.

A Vale explicou que a nova tecnologia vai acelerar a troca de dados com os trens, melhorar a comunicação entre os funcionários, aumentar a segurança e a eficiência da operação. Uma das possibilidades será a transmissão de vídeo em tempo real para que o maquinista tenha mais visibilidade em outros trechos da via. Também serão usados dispositivos de telemetria para análise do desempenho dos trens em tempo real.

Para os moradores do entorno, serão disponibilizados 280 pontos de acesso gratuito. Os locais serão definidos após diálogo com lideranças das comunidades e representantes do poder público, mas a intenção é que sejam priorizadas áreas de grande circulação, hospitais, escolas e centros comunitários.

A internet também deve melhorar a experiência no trem de passageiros que percorre o trecho. Segundo a Vale, até o fim de 2024, as 15 estações de passageiros ao longo da ferrovia terão sinal gratuito. Na primeira fase, as estações beneficiadas serão: São Luís, Vitória do Mearim, Santa Inês e Açailândia (MA); e Marabá e Parauapebas (PA).

Um dos objetivos é viabilizar o pagamento de refeições com uso do cartão de crédito nas viagens do trem de passageiros, conectando os equipamentos do carro restaurante à nova rede que será instalada. Hoje, devido à instabilidade ou ausência de sinal, o pagamento é feito somente com dinheiro em espécie.

Em comunicado à imprensa, Eduardo Bartolomeo, presidente da Vale disse que a parceria atende não apenas às necessidades da Vale, mas também das comunidades, com a oferta do sinal 4G em todo o trajeto da EFC, e aos usuários do trem de passageiros, “melhorando a conectividade na viagem”, ressaltou.



Alex Salgado, vice-presidente de negócios da Vivo, disse que o projeto de rede privativa “tem papel preponderante na materialização de iniciativas que aceleram a digitalização industrial, potencializando tecnologias como IoT, Big Data, Inteligência Artificial e analytics dentro da operação, transformando dados em inteligência, garantindo mais segurança, redução de custos e ganho de eficiência”.

O investimento em Carajás faz parte de uma parceria que começou em 2019, quando a Vale assinou o primeiro contrato com a Vivo para uma rede privada 4G cobrindo suas operações de mineração.

Atualmente, a Vale opera 22 máquinas autônomas em seu complexo de mineração de Carajás, entre caminhões e perfuratrizes, utilizando 4G da Vivo e Nokia. A rede também é usada para monitoramento das barragens do complexo de Itabira (MG).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/09/2023

NORDESTE EXPORT - GOVERNADOR DA PARAÍBA ANUNCIA OBRAS EM AEROPORTO E INVESTIMENTOS NO PORTO DE CABEDELLO

João Azevêdo falou sobre as novidades após reunião com ministro dos Portos e Aeroportos

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br

O governador da Paraíba, João Azevêdo, confirmou para o dia 6 de outubro a assinatura da ordem de serviço para o início das obras do Aeroporto de Patos, no sertão da Paraíba, com investimento de R\$ 35 milhões. No mesmo dia, também será inaugurado o terminal do aeroporto de Campina Grande.

Os anúncios foram feitos na última terça-feira (19), após reunião com o ministro dos Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, em Brasília. O chefe do Executivo estadual afirmou ainda que recebeu a garantia de novos investimentos no Porto de Cabedelo, mas não detalhou quais.

“Saímos do encontro com o ministro com notícias importantes para o nosso estado. Na próxima terça-feira, vamos assinar termos de cooperação para o Porto de Cabedelo e no dia 6 de outubro, vamos realizar dois grandes eventos”, comentou Azevêdo.

O ministro Sílvio Costa Filho se disse satisfeito em firmar as parcerias e assegurar investimentos, ressaltando que o conjunto de ações que virá para o Porto de Cabedelo vai fortalecer o segmento no Estado, gerar empregos e ampliar o escoamento da produção.

Para o Aeroporto de Patos, a expectativa é que as obras tenham início no primeiro semestre de 2023. A reforma prevê uma pista nova – a atual mede 1,6 mil metros, e um novo Terminal de Passageiros.

Já o Aeroporto de Campina Grande tem recebido melhorias que envolvem reforma e ampliação do terminal aeroportuário e são realizadas pela Aena, concessionária do equipamento.

A reunião contou com as presenças dos deputados federais Hugo Motta, Wilson Santiago e Murilo Galdino; do presidente da Companhia Docas, Ricardo Barbosa, e secretários estaduais.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/09/2023

REGIÃO NORDESTE - TEMPORADA DE CRUZEIROS DEVE INJETAR R\$ 80 MILHÕES NA ECONOMIA DE MACEIÓ

Valor é mais que o dobro do que o registrado na temporada anterior, que fechou em R\$ 39 milhões

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br



A temporada de cruzeiros marítimos 2023/2024 em Maceió (AL) deve injetar R\$ 80 milhões na economia local, mais que o dobro do impacto econômico da temporada anterior, que gerou R\$ 39 milhões em receita. A previsão é da Secretaria Municipal de Turismo (Semtur).

A temporada começa em novembro e segue até abril de 2024. Ao longo desses meses, a cidade será o destino de 28 embarcações de cruzeiro, com destaque para 18 atracações programadas do MSC

Grandiosa, que vai abrir a temporada no dia 18 de novembro.

A Semtur de Maceió está otimista com o aumento do fluxo turístico que a cidade receberá durante esse período e ressaltou que cada um dos navios têm capacidade de transportar entre 4 mil e 8 mil passageiros, o que se traduz em impacto econômico significativo para a região. Em média, cada cruzeirista gasta R\$ 606,00, de acordo com a Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Clia).

Para Eduardo Monteiro, secretário da pasta, a nova temporada, que será a maior da última década no Brasil, vai consolidar Maceió como um dos principais destinos turísticos do país.

Ele ressaltou que a Administração Municipal está empenhada em fortalecer o segmento, seja com obras estruturantes ou com ações em Maceió e em mercados estratégicos. “Com certeza essa temporada será histórica para o turismo”, frisou.

Os setores de alimentação, passeios e comércio serão os principais beneficiários desse aumento no fluxo turístico, apontou a pasta. Restaurantes, lojas de souvenirs e artesanatos, agências de passeios e ambulantes já estão se preparando para atender a essa demanda crescente de visitantes.

Marcos Batalha, presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) de Alagoas reiterou a importância da temporada de cruzeiros para os bares e restaurantes da capital alagoana.

“Cruzeiro atracando no Porto de Maceió significa turistas chegando à cidade, gerando expectativa de renda muito boa no setor, principalmente para os beneficiários que moram na região, em bairros como o Jaraguá, que vem crescendo muito na questão gastronômica, além da Pajuçara e a orla de Maceió como um todo”, disse.

Além das 18 escalas programadas do MSC Grandiosa, a previsão é que Maceió receba mais 10 ao longo da temporada. São elas: Norwegian Star (2), Costa Diadema (1) Seven Seas Splendor (1), MSC Lirica (1), MS Marina (1), Armonia (1), Seven Seas Voyager (1), MSC Seaview (1) e Preziosa (1).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/09/2023

NACIONAL - É PRECISO CRUZAR INICIATIVAS E TROCAR EXPERIÊNCIAS SOBRE PRÁTICAS ESG, DIZ JOÃO AMARAL

Presidente do Conselho ESG do Brasil Export participou de painel dentro do Ciclo ESG, promovido pela ANTT

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br

O presidente do Conselho ESG do Brasil Export, João Amaral, participou nesta quinta-feira, 21, do painel “Financiamento de Infraestrutura Sustentável”, dentro do Ciclo ESG, evento que vem sendo realizado semanalmente pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em Brasília. Ele

ressaltou a importância de “cruzar as iniciativas e trocar experiências” sobre boas práticas sustentáveis.



Segundo o presidente do Conselho ESG do Brasil Export João Amaral, a sustentabilidade não será mais um diferencial para as empresas de infraestrutura, mas um mandatório Crédito: Reprodução/ANTT

Ele também destacou que o investimento sustentável é a longo prazo. “Nos próximos quatro anos nós vamos ver uma evolução e vamos ver que a sustentabilidade é uma oportunidade de inovar, de se relacionar diferente com seus atores,

com os agentes do setor”, apontou.

Na visão dele, as práticas sustentáveis não geram custos exacerbados para o setor, mas são maneiras de “ressignificar” o apoio à causa sustentável. “Toda a malha que a gente tem, rodoviária e ferroviária, são oportunidade de experimentação. Então existe um conselho de laboratório vivo”, defendeu.

“Se a gente coloca a sustentabilidade no eixo de todos os nossos negócios e percebe que os equipamentos podem ser ressignificados para testar inovação, tecnologia e outros produtos e serviços, em tempo real, a gente tem uma oportunidade gigantesca de ressignificar o nosso apoio”, completou João Amaral.

Estiveram presentes no painel para o debate Nathalia Saad (BNDES); Natália Marcassa (Moveinfra); Laura Ávila Berlinck (TCU); e Renata Luiza (IFC). O debate foi mediado pelo diretor da ANTT, Felipe Queiroz.

Para o diretor, não é preciso esperar novos projetos para inserir a causa da sustentabilidade nas rodovias. “Temos projetos que vão durar 30 anos, não faz sentido esperar mais 30 anos para inserir a sustentabilidade nesses novos projetos [...] daqui a 30 anos certamente será tarde demais”, afirmou.

Laura Berlinck apontou que a segurança jurídica precisa estar garantida nos contratos com a ESG. “Eu acho que a gente precisa verificar esses contratos, concentrar as dúvidas e verificar em que medida essas novas cláusulas contribuíram para essa pauta ESG”, disse.

“Como é que a gente olha pra frente? Acho que tudo na vida é parar, pensar, entender quais mudanças são necessárias ou não, avaliar, e sempre, se for o caso, rever”, completou Laura.

João Amaral apontou que a sustentabilidade não será mais um diferencial para as empresas de infraestrutura, mas um mandatório.

“O diferencial competitivo é a sustentabilidade financeira, porque a gente não pode pensar em investimentos que eles não tenham uma sustentabilidade financeira no tempo, senão eu não estou cumprindo uma agenda sustentável”, completou o presidente do Conselho ESG do Brasil Export.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 22/09/2023

NACIONAL - VITRINE

VITRINE



CÂNDICE LA TERZA
candice@portalbenews.com.br

Para os eventos que fazem a diferença, esta é a sua Vitrine.

Para quem gosta de um bastidor, bem-vindo(a)!



MULHERES NO COMANDO

A coluna desta semana já começa em alto nível. Durante evento no Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI), que aconteceu esta semana, em Brasília, a superintendente de Relações com o Governo da Confederação Nacional dos Seguradores (CNSeg), Laíne Meira, a nova secretária nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Mariana Pescatori, a gerente de Projetos da Stone Consultoria e especialista em Concessões da Metric1, Millena Siqueira, e a presidente da Companhia Docas da Bahia - CODEBA, Gilmara Temóteo, assumiu interinamente. Um grupo de mulheres que dispensa comentários. Viva.



BOAS-VINDAS AO MINISTRO

Na posse do novo ministro dos Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, o da Sammarco Advogados, e presidente do Sudeste Export, Marcelo Sammarco, para as boas-vindas ao novo ministro!



MULHERES DO MERCOSUL

Aconteceu em São Luís do Maranhão esta semana, o II Seminário de Direito do Trabalho Portuário, a fim de debater temas que envolvem a relação capital-trabalho nos portos e a contratação da mão-de-obra portuária com base na legislação vigente.

Na primeira foto, a diretora-executiva do OGMO Itaquí, Ana Claudia Barbosa, e a diretora-executiva do OGMO Paranaguá, e coordenadora-adjunta do Comitê OGMO da Fenop, Shana Bertol.

Na foto 2, a advogada dos OGMOs Recife e Suape, integrante do Comitê Jurídico da Fenop, e conselheira jurídica do Brasil Export, Paula Katarina de Freitas, e o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Douglas Alencar.



PORTUGAL EXPORT "ESTÁ ON"



O advogado Joaquim José Santos D'Oliveira, e o diretor geral da Fundação (centro de estudos de comércio exterior), Higor Ferro Esteves, receberam o diretor-executivo do Portugal Export, Marcelo Sobreira, em visita ao escritório da FUNCEX Europa, em Lisboa, para tratar de assuntos pertinentes ao Comércio Exterior e novos projetos.

MULHERES & PORTO



E para encerrar com chave-de-ouro, um registro das Mulheres & Porto com a secretária de Portos e Transportes Aquaviários, Mariana Pescatori, durante evento do Instituto Brasileiro de Infraestrutura em Brasília. Aproveito para desejar à nova secretária sucesso no novo desafio, siga na torcida pela plena realização de todos os projetos do setor.



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

MAERSK E CMA CGM FIRMAM PARCERIA PARA REDUZIR EMISSÕES NO TRANSPORTE MARÍTIMO

Informações: Guia Marítimo (22 de setembro de 2023)

As duas principais companhias marítimas trabalharão juntas para desenvolver o uso de combustíveis alternativos mais ecológicos para a propulsão de navios porta-contêineres

Como pioneiras na transição energética no setor de transporte marítimo, ambas as empresas estão convencidas de que a ação conjunta ajudará a acelerar a transição verde no transporte marítimo, aprendendo uma com a outra para avançar mais rapidamente.

As gigantes do transporte marítimo decidiram unir forças em várias áreas relacionadas à descarbonização, em pleno cumprimento de todas as leis e regulamentos. CMA CGM e Maersk estão convencidas de que a ação conjunta ajudará a acelerar a transição verde no transporte marítimo, aprendendo uma com a outra para avançar mais rapidamente.

As empresas estabeleceram uma meta de neutralidade de carbono para seus negócios de transporte marítimo, identificaram soluções escaláveis que podem ter impacto nesta década e já tomaram caminhos ambiciosos individualmente para promover a descarbonização no transporte marítimo. A Maersk encomendou navios que podem ser operados com bio/e-metanol.

A CMA CGM encomendou navios movidos a GNL, que também podem ser operados com bio/e-metano, o novo equivalente verde do GNL atual, e também fez pedidos de navios que podem ser operados com bio/e-metanol.

Embora esses dois fluxos de combustível agora apareçam como os mais maduros entre as soluções existentes, ambas as empresas esperam que a mistura de combustível futura para o transporte marítimo inclua outros fluxos que devem ser desenvolvidos nos próximos anos. Especificamente, ambas as empresas de transporte marítimo trabalharão mais juntas para desenvolver o uso de combustíveis alternativos mais verdes para a propulsão de navios porta-contêineres, a saber:

1. Desenvolver altos padrões para combustíveis alternativos sustentáveis e verdes, incluindo a análise do ciclo de vida completo e dos gases de efeito estufa relacionados, e ajudar a estabelecer o quadro de produção em massa de metano verde e metanol verde.
2. Desenvolver e manter padrões para a operação de navios de metanol verde em relação à segurança e ao abastecimento, bem como acelerar a prontidão dos portos para o abastecimento de bio/e-metanol em portos-chave ao redor do mundo.
3. Continuar a explorar conjuntamente P&D em outros componentes da solução de neutralidade de carbono, como novos combustíveis alternativos, como amônia, ou tecnologia inovadora para nossos navios.

Além disso, a Maersk e a CMA-CGM concordam com o papel fundamental da regulamentação na garantia da descarbonização do setor. Ambas as empresas acolhem calorosamente o resultado do Comitê de Proteção do Ambiente Marinho da Organização Marítima Internacional, durante o qual a Estratégia de 2023 da IMO para a Redução de Emissões de GEE de Navios foi adotada, com metas reforçadas para combater as emissões prejudiciais.



A Maersk e a CMA CGM permanecem comprometidas em advogar e incentivar conjuntamente os Estados Membros da IMO a adotar medidas ambiciosas em busca dos objetivos mais elevados alcançáveis. Medidas regionais, como o Fit for 55 da UE e o Ato de Redução da Inflação nos EUA, são bem-vindas por ambas as empresas para estimular a demanda por soluções de transporte marítimo sustentáveis.

A CMA CGM e a Maersk afirmam estar prontas para se envolver colaborativamente com as partes interessadas regulatórias na criação de um sólido e sustentável quadro regulatório internacional de GEE e convidam outras empresas de transporte marítimo internacional que desejem fazê-lo a se unirem a elas nesta cooperação com as instituições regulatórias. Tal quadro é, na perspectiva de ambas as empresas, um pré-requisito para a redução das emissões de carbono na indústria de transporte marítimo e para garantir condições equitativas em um ambiente comercial global.

“Esta parceria é um marco para a descarbonização de nossa indústria. Ao combinar o know-how e a experiência de dois líderes do setor de transporte marítimo, aceleraremos o desenvolvimento de novas soluções e tecnologias, permitindo que nossa indústria atinja suas metas de redução de CO2. Estamos ansiosos para sermos acompanhados por outras empresas”, diz Rodolphe Saadé, presidente e CEO do Grupo CMA CGM.

“A A.P. Moller – Maersk quer acelerar a transição verde no transporte e logística marítimos e, para fazê-lo, precisamos do forte envolvimento de parceiros em toda a indústria. Estamos satisfeitos por ter um aliado na CMA CGM, e isso é um testemunho de que, quando nos unimos por meio de esforços determinados e parcerias, surge um caminho tangível e otimista rumo a um futuro sustentável”, diz Vincent Clerc, CEO da A.P. Moller – Maersk.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 22/09/2023*

SENADO FEDERAL APROVA A CRIAÇÃO DE DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA

Informações: ABOL (22 de setembro de 2023)

O Plenário do Senado aprovou o PL 2646/2020, que dispõe sobre as debêntures de infraestrutura, ampliando benefícios para investimentos em obras de transporte no Brasil. O projeto foi aprovado nos termos do parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos com as emendas números 1, 4, 5, 6, 7 e 8.

Dentre as emendas acatadas, destacamos a *Emenda de Plenário nº 8,* de autoria do senador Confúcio Moura (MDB/RO), que visa alterar a redação do § 1º do art. 6º do PL. De acordo com o relator, a atual redação do dispositivo limita os benefícios tributários ora instituídos às debêntures emitidas no prazo de cinco anos da publicação da lei. A emenda altera esse texto para determinar que o referido benefício observe o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O autor da referida Emenda nº 8 destacou que as debêntures de infraestrutura têm um objetivo focalizado, que é investir em ferrovias, rodovias, hidrovias, saneamento e na área de energia. Comentou que o projeto atende muito bem a demanda de mercado.

O projeto, parte integrante da Agenda Institucional Transporte e Logística 2023, tem como objetivo essencial conceder benefício fiscal ao emissor do papel quando, no caso das incentivadas, *o benefício vai para o comprador do título.* Segundo o relator, senador Rogério Carvalho, o PL pode alavancar mais de R\$ 1 trilhão em investimentos em infraestrutura, sendo muito importante para o desenvolvimento do país, visto que um dos principais gargalos é a infraestrutura.

A matéria retorna à Câmara dos Deputados para serem analisadas as alterações feitas pelo Senado.

Fonte: CNT

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 22/09/2023*



PORTOS RS: MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS CRESCE 10% ATÉ AGOSTO

Informações: Canal Rural (22 de setembro de 2023)

A movimentação de cargas nos portos do Rio Grande do Sul no período de janeiro a agosto cresceu 10,12% ante igual período de 2022. Em nota, a Portos RS informou que o maior resultado foi obtido pelo Porto de Rio Grande, que movimentou 27.108.695 toneladas (+10,39%).

O Porto de Pelotas movimentou 899.026 toneladas, ou 6,38% mais. Já no Porto de Porto Alegre, foram movimentadas 575.842 toneladas (+3,61%).

“De um modo geral, os graneis sólidos são os mais movimentados nos portos gaúchos, com o total de 18.257.780 toneladas. Na sequência aparecem as cargas gerais, com 7.772.395 toneladas e na terceira posição os graneis líquidos, com 2.533.388 toneladas”, disse a empresa.

“Ao longo desse período, a movimentação de contêineres apresentou um crescimento de 17,72%. As operações realizadas de janeiro a agosto somaram 402.505 unidades.”

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 22/09/2023

WEBINAR RODOVIAS PELA VIDA APRESENTA AS INICIATIVAS VOLTADAS PARA SEGURANÇA VIÁRIA

Informações: ANTT (22 de setembro de 2023)

O evento, que ocorreu nesta quarta-feira (20/9), faz parte da programação da Semana Nacional de Trânsito 2023

Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) realizaram, nesta quarta-feira (20/9), o webinar “Rodovias pela Vida: evoluções na segurança viária”, com o objetivo de apresentar a evolução e principais iniciativas em prol da segurança viária, no âmbito da Agência e das concessionárias de rodovias.

O diretor da ANTT Luciano Lourenço iniciou o evento apresentando as evoluções do Programa Vias Seguras PVS-ANTT, que desde dezembro de 2022 vem promovendo ações, iniciativas e projetos direcionados para a segurança viária. O diretor destacou a autorização de investimentos na área de forma mais célere, bem como os dispositivos de segurança implementados nas concessões, como as áreas de escape, o Free Flow na BR-101 e a pesagem em movimento nas BRs-364 e 365 (HS-WIM).

“Todas as Iniciativas do PVS-ANTT têm o foco em salvar vidas, sendo essa a direção que permeia os trabalhos na Agência, ABCR e concessionárias”, destacou o diretor, que também chamou atenção para as ações educativas da Agência na Semana Nacional de Trânsito, como as campanhas de utilização do cinto de segurança no transporte interestadual, passagem de nível em centro urbano e o movimento “Afasto-se”, promovido pelas concessionárias visando à segurança dos colaboradores nas rodovias.

“Estamos trabalhando de maneira contínua no tema da segurança viária, um trabalho que vem sendo feito de forma conjunta com a ANTT e as concessionárias associadas. O resultado do empenho fica visível na redução em 56% das fatalidades”, disse o diretor executivo da ABCR, Marco Giusti.

Durante o evento, o diretor da ANTT Luciano Lourenço também anunciou um programa de capacitação focado em segurança viária, direcionado aos servidores da Agência e aos colaboradores das concessionárias, que será custeado pelo Recurso de Desenvolvimento Tecnológico (RDT). O curso, que será dividido em dois módulos de 180 horas, será realizado de forma online. Mais informações sobre o processo seletivo ainda serão divulgadas.

Outras iniciativas



A diretora do Departamento de Segurança no Trânsito da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), Maria Alice, que também participou do evento, enfatizou a importância de todos os órgãos competentes trabalharem com sinergia e que “a busca pelo trânsito mais seguro e com redução de sinistros no trânsito inicia com o entendimento de que a segurança viária é responsabilidade compartilhada entre todos envolvidos”. A diretora também apresentou os pilares do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans).

Já o superintendente de Infraestrutura Rodoviária da ANTT, Roger Pêgas, apresentou as ações de fiscalização e a evolução regulatória na gestão de contratos de concessões. Dentre os avanços regulatórios, o superintendente também citou a rapidez nos investimentos relativos à segurança viária, a implementação das áreas de escape, o Free Flow e os Pontos de Parada e Descanso (PPD). “Com os aportes financeiros foi possível alcançar as metas para a Primeira Década de Ações pela Segurança no Trânsito. Isso foi possível por meio das ações e obras de ampliação de capacidade, retorno em dois níveis, retirada de pontos críticos em rodovias e a implementação de atendimento médico e mecânico”, lembrou o superintendente.

Também participante do webinar, o superintendente de Fiscalização de Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas e Passageiros da ANTT, Felipe Ricardo, expôs as ações de fiscalização relativas ao excesso de peso e dimensões, a evasão de pedágios, ao transporte rodoviário de produtos perigosos e ao Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (TRIIP). Além disso, Felipe destacou a ação educativa “Vai de Cinto”, que busca alertar os passageiros sobre a importância da utilização do dispositivo. “O cinto de segurança consegue diminuir os sinistros em até 50% e reduzir em 70% as lesões graves em caso de acidente”, lembrou. Confira os painéis interativos da fiscalização.

Iniciativas das concessionárias

A respeito das boas práticas voltadas para segurança viária executadas nas concessionárias, a SPMAR explicou a ação “#SejaVisto” que trata do conflito entre veículo e ciclista, onde é feita uma simulação com realidade virtual, que alerta o ciclista para os riscos que está exposto. Após a experiência, o ciclista participante recebe o colete refletivo. Já a CCR possui o programa “Afaste-se”, que solicita ao condutor no momento que avistar um atendimento médico, mecânico ou policial na via, a mudar de faixa, quando possível, ou diminuir a velocidade, visando à segurança no trabalho dos colaboradores que estiverem prestando socorro aos usuários. Outras concessionárias já aderiram ao projeto, como a Arteris e a EcoRodovias.

Sobre as inovações no Sistema de Atendimento ao Usuário, a EcoRodovias exibiu o uso de veículos de pequeno porte com sistema de asa delta, que propiciam mais agilidade e economia na remoção de veículos na via. Outro aperfeiçoamento é o atendimento mecânico com motos, que reduz o tempo de atendimento e a necessidade de deslocamento de viaturas maiores. Dentre os projetos futuros, a Eco busca a cobertura de internet nos trechos, facilitando a comunicação com os serviços de emergência.

Por fim, a Arteris apresentou a área de escape, recurso implementado para oferecer uma zona segura e isolada para a desaceleração emergencial de veículos. A concessionária também mostrou os dispositivos de sinalização pirilampo, que informam sobre a existência da área de escape; e o sistema de içamento presente na própria área. Em busca da prevenção de acidentes, a concessionária enfatizou também que realiza ações de fiscalização de peso e condições mecânicas dos veículos em parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF). Confira o funcionamento do dispositivo.

Você pode conferir todas as iniciativas de segurança viária discutidas no webinar Rodovias pela Vida no canal da ANTT no Youtube. Também está disponível o painel da Semana Nacional de Trânsito das instituições públicas e privadas participantes.

Acesse aqui as ações da ANTT para Semana Nacional de Trânsito.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 22/09/2023



VETO DA RÚSSIA À EXPORTAÇÃO DE DIESEL TERÁ IMPACTO NO BRASIL

Informações: Brasilagro (22 de setembro de 2023)

Moscou proibiu exportação de combustíveis para estabilizar seu mercado interno. Até agosto, russos haviam sido o principal fornecedor externo de diesel para o Brasil neste ano.

A Rússia decidiu nesta quinta-feira (21/09) suspender temporariamente as suas exportações de gasolina e diesel. A medida visa estabilizar o fornecimento interno de combustíveis no país e terá impacto também no Brasil, que se tornou um dos maiores importadores do diesel russo.

A suspensão anunciada por Moscou poupa apenas os países da chamada União Econômica da Eurásia, que inclui Belarus, Cazaquistão, Armênia e Quirguistão.

“As restrições temporárias ajudarão a abastecer o mercado [interno] de combustíveis, o que levará a uma redução dos preços ao consumidor”, disse o governo russo em nota.

A Rússia, alvo de pesadas sanções internacionais em razão de sua guerra de agressão na Ucrânia, vem sofrendo escassez de diesel e gasolina. Ao mesmo tempo, o país continua sendo um dos maiores exportadores de combustíveis do mundo.

Os preços no atacado na Rússia subiram exponencialmente, enquanto no varejo os aumentos são limitados por um teto, de modo a ficarem em linha com a inflação oficial. Uma crise grave no fornecimento de combustíveis pode gerar sérios problemas ao Kremlin, antes das eleições presidenciais no país, marcadas para março de 2024.

O problema atinge com mais força a região produtora de alimentos no sudeste russo, onde os combustíveis são fundamentais para o uso de máquinas agrícolas.

Analistas apontam que o mercado de combustíveis russo também vem sendo afetado por fatores como problemas de manutenção nas refinarias de petróleo, gargalos nas ferrovias para o transporte dos combustíveis e a desvalorização da moeda local, o rublo, que acaba incentivando as exportações.

O país exportou 4.817 milhões de toneladas de gasolina e quase 35 milhões de toneladas de diesel no ano passado.

Impacto no Brasil

A decisão russa terá impacto nas vendas do diesel no Brasil, após a Rússia ter se tornado em 2023 o maior fornecedor externo do combustível ao país, ultrapassando os Estados Unidos, tradicional vendedor de diesel para o mercado brasileiro.

Segundo reportagem do jornal Valor, o Brasil se tornou neste ano o segundo maior comprador do diesel russo no mundo.

Nos oito primeiros meses do ano passado, a participação russa no mercado brasileiro era mínima. Neste ano, porém, os russos ficaram à frente dos demais exportadores de diesel para o Brasil.

De janeiro a agosto, 35,6% do valor importado em diesel pelo Brasil veio da Rússia, sendo que em volume foram 40,6%. Os EUA ficaram com 31% e 28,4%, respectivamente. Em seguida, os maiores exportadores para o Brasil são os Emirados Árabes Unidos e a Índia, cada um com aproximadamente 10% do fornecimento em valor e em quantidade neste ano.

No mesmo período do ano passado, os americanos forneceram ao país 58% em valor e em volume de diesel importado (DW, 21/9/23)

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 22/09/2023

GOVERNO DE SP ALERTA PARA MAIOR TEMPO DE ESPERA NA TRAVESSIA SÃO SEBASTIÃO-ILHABELA

Informações: Governo do Estado de São Paulo (22 de setembro de 2023)

Aumento no volume do tráfego de caminhões e manutenção corretiva pontual reduzem velocidade do sistema

A travessia São Sebastião-Ilhabela operava com 49% da sua capacidade operacional por hora na quinta-feira (21). O motivo é a combinação de fatores, como o aumento na demanda de caminhões – antecipando a procura turística pela região no fim de semana de calor – e a necessidade de manutenção corretiva pontual em duas embarcações da frota.

Com isso, a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (Semil) alerta aos usuários para maior tempo de espera, já que quatro embarcações estão em operação. A média de espera é de 150 minutos em São Sebastião, e 90 minutos em Ilhabela.

Para não pressionar mais o prazo de transbordo de veículos menores, a secretaria já deslocou uma balsa adicional para a rota, que será utilizada apenas por carros. Em paralelo, ajustes operacionais já são realizados, além da priorização na manutenção das duas embarcações de maior capacidade. Em uma delas o serviço foi concluído, e a embarcação retornou à operação no início da tarde de ontem.

Importante destacar que o tráfego de veículos pesados tem normas que exigem tratamento especial, o que impacta diretamente nos tempos de espera. É o caso, por exemplo, de carros-fortes que, por questões de segurança, não podem antecipar o seu trajeto e precisam obrigatoriamente ser transportados sozinhos. Na travessia São Sebastião-Ilhabela, a média é de um por dia, ou seja, duas viagens sem outros usuários a bordo.

Combustíveis e outros materiais perigosos, em média 10 veículos por dia nessa travessia, também precisam ser transportados em balsas sem compartilhamento. O mesmo vale para caminhões de coleta de resíduos sólidos, desde que estejam carregados, com média de dois por dia.

Por último, a navegação na travessia exige obediência às condições estabelecidas pela Marinha no que diz respeito ao limite de segurança operacional para ventos no canal e ocorrência das marés, de acordo com as características de cada embarcação. Acima desse limite, a navegação é automaticamente suspensa.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

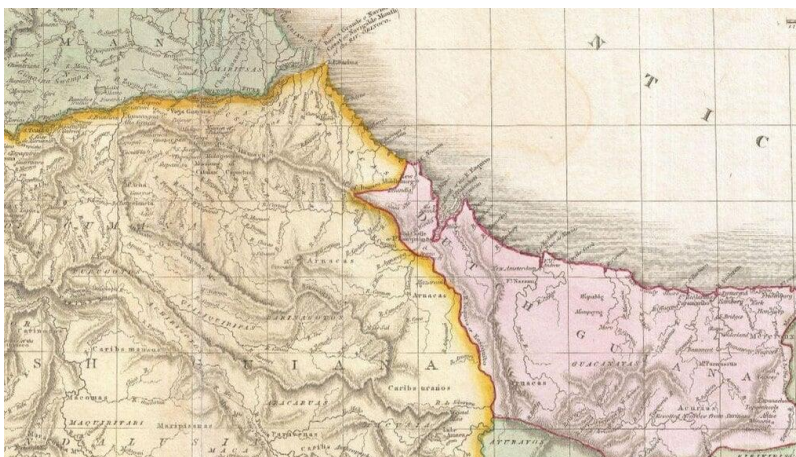
Data: 22/09/2023



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

ENTENDA COMO O LEILÃO DE PETRÓLEO NA GUIANA REACENDE DISPUTA TERRITORIAL DE QUASE 2 SÉCULOS COM VENEZUELA

Governo venezuelano contesta legalidade do 1º leilão de áreas exploratórias do país vizinho
Por André Ramalho 22 de setembro de 2023 Em Internacional, Petróleo e gás



Mapa da Guiana Espanhola (atual Venezuela) e da Guiana Holandesa (atual Guiana) em 1818: o rio Essequibo era a fronteira entre as colônias espanholas e holandesas (Wiki Commons)

RIO — O governo da Venezuela contestou, esta semana, a legalidade do primeiro leilão de áreas exploratórias de óleo e gás da vizinha Guiana. A reação de Caracas reacende uma disputa territorial histórica entre os dois países, que se estende desde o século 19, sobre uma região conhecida como Essequibo.

A Guiana reivindica o território de 160 mil km² com base numa fronteira estabelecida em 1899 por um tribunal de arbitragem em Paris e que envolvia os Estados Unidos, Inglaterra e a Rússia (mediadora).

Já a Venezuela se baseia no Acordo de Genebra, assinado com o Reino Unido em 1966, pouco antes da independência da Guiana, e que fixou as bases para uma negociação (não concluída) sobre os limites territoriais.

A disputa é objeto de discussão na Corte Internacional de Justiça (CIJ, tribunal da ONU localizado em Haia).

A seguir, a agência epbr mostra o que está em jogo nessa disputa, em pleno século 21, e resgata o histórico do conflito que, num passado nem tão distante, já levou à interceptação, pela Marinha da Venezuela de um navio que fazia levantamento sísmico para a ExxonMobil no litoral guianense.

O que está em jogo

Essequibo é uma região em terra, no Planalto das Guianas, mas a disputa extrapola para o mar. A Guiana tem em sua zona econômica exclusiva (espaço de até 200 milhas náuticas do limite do mar territorial) soberania para explorar os recursos naturais.



A disputa por Essequibo ganhou novos contornos em 2015, quando foram feitas as primeiras descobertas de petróleo da ExxonMobil no litoral da Guiana e que hoje já somam mais de 11 bilhões de barris. A partir daí, a Venezuela reforçou sua reivindicação pelo território.

O mais novo capítulo dessa contenda foi a iniciativa da Guiana de leiloar 14 blocos exploratórios de óleo e gás, em águas rasas e profundas em seu litoral.

A Guiana recebeu, este mês, propostas por 8 dos 14 blocos offshore que ofertou em sua primeira rodada de áreas exploratórias de petróleo e gás.

Segundo a Reuters e a AP, petroleiras como ExxonMobil, Hess, CNOOC, TotalEnergies, Qatar Energy e Petronas marcaram presença no leilão. A expectativa é que os contratos, sob o modelo de partilha, sejam assinados em novembro.

Como a Venezuela reagiu

O governo de Nicolás Maduro classificou o leilão de ilegal, por ofertar áreas pendentes de delimitação entre os países. Alega que a Guiana não possui direitos soberanos sobre a região marítima em questão e que quaisquer ações nessas áreas constituem uma violação do Direito Internacional, a menos que sejam realizadas em comum acordo com a Venezuela.

Nesta quinta (21/9), a Assembleia Nacional, parlamento controlado pelo chavismo, propôs um referendo para que o “povo da Venezuela, por meio do voto direto e secreto, tome decisão e reforce os direitos inalienáveis da Venezuela e de seu povo sobre o território da Guiana Essequiba”.

A resposta de Guiana

Em discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, na quarta (20/9), o presidente da Guiana, Irfaan Ali, disse que o país considera a posição da Venezuela “uma ameaça à paz e segurança regional e internacional, bem como aos parceiros de investimento da Guiana”.

Ali apelou para que o governo de Nicolas Maduro procure apenas “meios pacíficos” para resolver qualquer controvérsia, incluindo a arbitragem perante a CIJ.

As reações na comunidade internacional

O secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Luis Almagro, condenou, na terça (19/9) o que chamou de “táticas intimidatórias” da Venezuela que “procuram minar o princípio da ‘boa vizinhança’”.

Almagro reconheceu o direito da Guiana de receber investidores e citou que a Guiana deve preservar sua integridade territorial abordando o caso no Tribunal Internacional de Justiça.

No dia seguinte, um alto funcionário dos EUA, Brian Nichols, expressou o apoio de Washington à Guiana. O subsecretário de Estado para Assuntos do Hemisfério Ocidental, afirmou, em suas redes sociais, que os esforços venezuelanos “para infringir a soberania da Guiana são inaceitáveis”.

Na sequência, o presidente venezuelano, Nicolás Maduro, respondeu: chamou o apoio americano de “intromissão insolente” e acusou a Guiana de agir como “uma colônia”.

Como chegamos até aqui

A disputa territorial por Essequibo remonta ao século 19 (Conflitos Territoriais: A disputa entre Venezuela e Guiana Britânica pela região do Essequibo)

Em 2018, o Secretário Geral da ONU deu por esgotadas as possibilidades de intermediação e indicou que a Corte Internacional de Justiça seria o órgão competente para solucionar a questão.

Um dos últimos capítulos dessa história ocorreu em abril deste ano, quando a CIJ determinou que possui competência para decidir sobre a disputa pelo controle do território do Essequibo, num revés para Caracas. O governo venezuelano havia solicitado ao tribunal “declarar as pretensões da Guiana como inadmissíveis”.

A Guiana defende, na Corte, o esgotamento das possibilidades de conciliação por intermédio do Acordo de Genebra, de 1966.

O envolvimento do Reino Unido no caso é parte das reivindicações da Venezuela, mas a Corte já declarou que os britânicos não possuem obrigação em tomar parte na disputa, marcando outra decisão desfavorável a Caracas.

Para o pesquisador do Núcleo de Prospecção e Inteligência Internacional da FGV, Leonardo Paz, a oposição das autoridades venezuelanas ao leilão na Guiana é um aceno político, um reforço de sua retórica em defesa da soberania do território, sem maiores implicações práticas sobre o avanço da licitação do país vizinho.

“A Venezuela não pode fazer nada nesse momento. Até esse momento, Essequibo é uma região da Guiana... A discussão na Corte Internacional de Justiça segue, a Venezuela não perdeu na solução, mas tem perdido nos elementos que envolvem o julgamento final”, comentou.

Os precedentes

- 1835 – O governo britânico começa a mapear mais profundamente o território guianense e delimitar suas fronteiras. A Venezuela protesta contra a demarcação – que definia a fronteira nas alturas da foz do Rio Orinoco. O local legítimo e justo, segundo os venezuelanos, seria na região do Rio Essequibo. Nasce então a disputa, acirrada nas décadas seguintes com o início da corrida pelo ouro por colonos ingleses na região;
- 1888 – Venezuela rompe suas relações diplomáticas com a Inglaterra e pede auxílio diplomático aos EUA;
- 1897 – Reino Unido aceita submeter a disputa a uma arbitragem internacional;
- 1899 – Comissão arbitral decide conceder 94% do território disputado à Guiana Britânica;
- 1962 – Venezuela apresenta um dossiê questionando a parcialidade da comissão arbitral de 1889 e declara, de forma unilateral, toda a região a oeste do Rio Essequibo como Zona em Reclamação;
- 1966 – Uma nova comissão arbitral é instalada, por meio do Acordo de Genebra, com os britânicos, com prazo de conclusão de quatro anos. Três meses depois, Guiana se torna independente do Reino Unido;
- 1970 – Esgotado o prazo da comissão, sem nenhuma medida acordada, Venezuela e Guiana assinam um novo protocolo, com o intuito de congelar a situação pendente por mais doze anos;
- Década de 1980 – ONU passa a intermediar a situação;
- 2015 – Descobertas de petróleo da ExxonMobil na Guiana reacendem disputa territorial;
- 2018 – Marinha da Venezuela intercepta navio sísmico que operava em nome da ExxonMobil no bloco Stabroek, na Guiana. Guiana solicita à jurisdição da CIJ para que se valide o acordo de 1899, sob a alegação de as possibilidades de conciliação por intermédio do Acordo de Genebra se esgotaram;
- 2021 – Venezuela e Guiana trocam notas de protesto em meio a tensões sobre dois barcos pesqueiros guianenses capturados por militares venezuelanos na região.

Brasil e Guiana já estudaram usina juntos na região

Os dois países se aproximaram em 2009, durante o segundo mandato de Lula, para discutir a construção de uma hidrelétrica de 800 MW no Alto Mazaruni, na fronteira entre Venezuela e a Guiana.

De acordo com documentos diplomáticos vazados pelo WikiLeaks e publicados pela Agência Pública, o embaixador Rubem Barbosa, consultor do então ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, confidenciou que as razões políticas para a obra eram fortes.

O presidente da Guiana à época, Bharrat Jagdeo, via, no projeto, um “esforço importante para consolidar a reivindicação da Guiana sobre a área”, disse Barbosa, em telegrama diplomático.

Ainda segundo o documento, Barbosa disse ainda que Lula queria ver a Guiana e o Suriname na União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e via o investimento como uma oportunidade nesse sentido.

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 22/09/2023

EÓLICA OFFSHORE NO JAPÃO É ADIADA APÓS PROBLEMAS NA ESTRUTURA FLUTUANTE

Projeto Goto, na costa japonesa, estava previsto para operar em janeiro de 2024, mas teve que ser atrasado por dois anos

Por epbr 22 de setembro de 2023 Em Eólica, Internacional, Transição energética



Parque eólico offshore Noshiro, primeiro projeto de grande escala no Japão (Foto: Divulgação)

O consórcio responsável pela usina eólica offshore Goto, na costa do Japão, anunciou nesta sexta-feira (22/9) que o projeto será adiado em dois anos porque encontraram defeitos em duas estruturas flutuantes que estão sendo construídas em um estaleiro. O início da operação, previsto para janeiro de 2024, passará para 2026.

A usina de 16,8 MW na costa de Sakiyama será composta por 8 turbinas Hitachi de 2,1 MW. Os aerogeradores ficarão em boias flutuantes do tipo spar, presas ao solo marinho por três cabos (Hybrid spar 3-point mooring).

O problema nas estruturas flutuantes não foi especificado.

“A Toda Corporation, que supervisiona as operações de construção do projeto, anunciou em 9 de maio de 2023 que defeitos foram descobertos em duas estruturas flutuantes em construção em um estaleiro onshore. A Toda posteriormente confirmou os fatos, investigou as causas e considerou contramedidas. A empresa também tomou medidas corretivas para os defeitos nas duas estruturas flutuantes e reiniciou os trabalhos de construção no estaleiro onshore”, informou o consórcio em comunicado divulgado nesta sexta.

As empresas já tinham instalado três estruturas flutuantes no mar e vão inspecionar os equipamentos para ver se também apresentam defeitos e precisam ser retiradas e levadas para o estaleiro.

“Uma das três estruturas flutuantes instaladas na costa de Sakiyama será levada para o estaleiro em Fukue Port, onde a integridade da estrutura flutuante será verificada. Com base nos resultados, a Toda planeja decidir se inspecionará as duas estruturas flutuantes restantes.”

O consórcio venceu um leilão promovido pelo junho de 2021 pelo governo japonês. É formado pelas empresas Toda, Eneos, Osaka Gas, Inpex, Kansai Electric Power e Chubu Electshoreric Power.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 22/09/2023

GOVERNO PLANEJA IMPULSIONAR EXPORTAÇÕES DE VEÍCULOS COM SEGUNDA FASE DO ROTA 2030

De acordo com o secretário do MDIC Uallace Moreira a previsão é que as novas regras do programa sejam lançadas nas próximas semanas

Por Millena Brasil 22 de setembro de 2023 Em Política energética, Transição energética



BRASÍLIA – O secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do MDIC, Uallace Moreira, afirmou que a segunda fase do programa Rota 2030 vai aproximar empresas nacionais e estrangeiras para impulsionar as exportações no Brasil.

Uallace Moreira, secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do MDIC (Foto: Divulgação Renault)

“A nova fase estimula a aproximação entre os atores do ecossistema inovacional para fazer com que o Brasil tenha capacidades construídas com empresas nacionais e estrangeiras que corroborem a



exportação da tecnologia”, disse Moreira, na abertura do evento Renault E-Tech 100% Electric Days nesta quinta (21/6).

De acordo com o secretário, a previsão é que as novas regras do programa sejam lançadas nas próximas semanas.

“Nas próximas duas semanas, no máximo, o ministro e vice-presidente Geraldo Alckmin vai anunciar o programa de mobilidade verde Rota 2030”, comentou.

A iniciativa do governo federal busca fomentar investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) na indústria automobilística brasileira e promover a adoção de biocombustíveis e tecnologias limpas em veículos.

Segundo dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), responsável por verificar o cumprimento das ações de P&D do Rota 2030, mais de 2 mil projetos de 93 entidades serão analisados, abrangendo o período de 2018 a 2021.

De 2019 a 2021, as empresas já investiram quase R\$ 12 bilhões em pesquisa e desenvolvimento, com valores de R\$ 3,48 bilhões em 2019, R\$ 3,6 bilhões em 2020 e R\$ 4,87 bilhões em 2021.

Rotas de descarbonização

O secretário voltou a reforçar que a pasta não vai priorizar uma única rota tecnológica de descarbonização no segundo ciclo do Rota 2030.

“Agora, dentro de um projeto de neointustrialização, nós entendemos que esse programa não deve se limitar apenas ao setor automotivo. Um programa de descarbonização deve ser estrutural e estar aberto para todas as rotas tecnológicas”, declarou Moreira.

O governo quer marcar uma presença mais significativa no mercado internacional. De acordo com o secretário, o programa vai “colocar o Brasil na fronteira tecnológica”, promovendo a “exploração das vantagens competitivas que o Brasil tem”.

Integração estratégica

O novo Rota 2030 estabelecerá uma comunicação com outras políticas governamentais, como o Combustível do Futuro, o RenovaBio e o Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV).

Um dos objetivos do programa é promover a integração, sob uma perspectiva de eficiência energética, com o RenovaBio, através da aplicação do conceito de poço à roda, que engloba a análise das emissões ao longo de todo o ciclo de vida dos combustíveis.

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) será responsável por estabelecer os critérios para a apuração do cumprimento das metas estipuladas neste segundo ciclo do Rota 2030.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 22/09/2023

RÚSSIA CORTA EXPORTAÇÕES DE DERIVADOS

Por epbr 22 de setembro de 2023 Em Combustíveis, Comece seu Dia

Rússia corta exportações de derivados. Kremlin anunciou restrições temporárias às exportações de diesel e gasolina, numa tentativa de estabilizar o mercado local – que passa por problemas de escassez e inflação dos combustíveis. Decisão afeta diretamente o Brasil, já que os russos se tornaram este ano a maior fonte de importações de diesel do país. Veja os efeitos sobre o mercado.



Russos forneceram 697 milhões de litros de diesel para o Brasil em junho – 6,7% a mais que o recorde anterior, de maio (Foto: Divulgação Transpetro)

– Para a S&P Global, o crack spread (a margem do refino) do diesel global pode subir cerca de US\$ 10 por barril, para US\$ 42 o barril, na esteira da restrição de oferta russa. Impacto no suprimento externo brasileiro vai depender do tempo que durarem as restrições e do cumprimento dos contratos fechados entre importadores e fornecedores russos.

Petróleo recua após sessão volátil. Brent, para novembro, caiu 0,25%, a US\$ 93,30 o barril nesta quinta (21/9). No início do pregão, investidores chegaram a reagir à restrição das exportações de derivados da Rússia, mas, ao fim, prevaleceu o movimento de correção do mercado iniciado esta semana.

Venda de veículos a gasolina e diesel ganha sobrevida no Reino Unido. Primeiro-ministro, Rishi Sunak, anunciou o adiamento da proibição de vendas de veículos a gasolina e diesel para 2035. Antes, o limite era 2030. Segundo Sunak, o país seguirá um caminho “pragmático, proporcional e realista para atingir emissões líquidas zero até 2050”.

E Renault apoia a volta do Imposto de Importação para elétricos... mas em conjunto com a criação de um sistema de cotas para montadoras instaladas no país. Ou seja, um volume de veículos importados por essas empresas – como a própria Renault – seria isento da tributação. Parte da indústria automobilística defende a volta do tributo como forma de conter a entrada de novas marcas, principalmente chinesas.

Equinor declara comercialidade de campos de gás no BM-C-33. Petroleira submeteu à ANP planos de desenvolvimento de Raia Manta e Raia Pintada, com volumes recuperáveis de gás natural e condensado de mais de 1 bilhão de barris de óleo equivalente.

Chevron aceita proposta para encerrar greve em plantas de GNL na Austrália. Se os sindicatos também aprovarem o acordo, termina a paralisação nas instalações de Gorgon e Wheatstone que tem agitado os mercados globais de gás.

Incentivos aceleram projetos de SAF nos EUA. Em entrevista, executivo da Honeywell conta que a Lei de Redução da Inflação (IRA, em inglês) está aumentando a aprovação de projetos de biorrefino nos Estados Unidos. Sancionada há um ano, a IRA prevê subsídios de US\$ 1,75 por galão de combustível sustentável de aviação para produtores e companhias aéreas que misturam o produto ao querosene fóssil.

PL propõe trocar tarifa social por painéis solares para famílias de baixa renda. Deputado federal Pedro Uczai (PT/SC) apresentou, na Câmara, o projeto de lei 4449/2023, que prevê a criação do programa Renda Básica Energética (Rebe) para universalizar o acesso à energia e atender a população de baixa renda através da geração de renováveis.

PLD deve se manter baixo até 2030. Em meio ao cenário de sobreoferta sistêmica de energia elétrica, pouca demanda e a entrada da geração distribuída cada vez maior, Thymos Energia estima que o Preço de Liquidação das Diferenças – referência no mercado de curto prazo – deve se manter, na média, abaixo da faixa de R\$ 100/MWh, até 2030.

Banco do Brasil e BID prometem R\$ 1,2 bi para bioeconomia na Amazônia. BB e o Banco Interamericano de Desenvolvimento assinaram carta de intenções, nesta quinta (21/9), para viabilizar financiamento, com foco em conectividade e energias renováveis.

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 22/09/2023



JORNAL O GLOBO – RJ

GOVERNO ELEVA BLOQUEIO DO ORÇAMENTO DOS MINISTÉRIOS DE R\$ 3,2 BILHÕES PARA R\$ 3,8 BILHÕES

Projeção de déficit primário para este ano foi reduzida de R\$ 145,4 bilhões para R\$ 141,4 bi. Ministério elevou para R\$ 20 bi bloqueio que seria necessário para cumprir piso da saúde

Por Renan Monteiro — Brasília



Dos cerca de 12 milhões de funcionários públicos no Brasil, mais de 80% são estatutários, com estabilidade garantida — Foto: Brenno Carvalho/Agência O Globo

O Ministério do Planejamento divulgou nesta sexta-feira o quarto relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas com mudanças na execução do Orçamento deste ano. Por um lado, a necessidade de bloqueio das chamadas despesas discricionárias subiu de R\$ 3,2 bilhões para R\$ 3,8 bilhões. Por outro, a projeção para o déficit primário para este ano foi reduzida de R\$ 145,4 bilhões para cerca de R\$ 141,4 bilhões.

Além disso, o secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos, disse que o cumprimento dos pisos para saúde e educação este ano, caso sejam aplicados, exigiriam bloqueios de outros R\$ 20 bilhões. Uma solução para pagar um valor menor que esse está em um projeto de Lei no Senado (veja abaixo).

As despesas discricionárias são verbas que não são obrigatórias, mas servem para o custeio da máquina pública e investimentos. Será o terceiro bloqueio seguido no governo Lula. Nos dois últimos boletins, foram anunciados bloqueios de R\$ 1,7 bilhão e R\$ 1,5 bilhão, respectivamente. Agora, a nova trava foi de R\$ 600 milhões.

Esses bloqueios são decorrentes do aumento de despesas acima do limite estabelecido pelo teto de gastos, que travou as despesas federais à inflação do ano anterior. Na prática, todo o valor que passa do limite do teto precisa ser bloqueado.

Apesar da nova regra fiscal já ter sido aprovada e sancionada, neste ano, as despesas primárias (obrigatórias e discricionárias) ainda estão vinculado à limitação da antiga regra.

- O limite teto de gasto estabelecido para 2023, em R\$ 1,94 trilhão, continua valendo até 31 de dezembro para as despesas primárias (obrigatórias e discricionárias);
- Até o momento, conforme o relatório divulgado pelo Ministério do Planejamento nesta quinta, os bloqueios acumulados em R\$ 3,8 bi representam 0,2% desse limite total.

— O teto de gastos foi revogado. Entrou em seu lugar um novo regime fiscal, que diz que os mesmos limites (estabelecidos na regra antiga) continuam valendo até 31 de dezembro (de 2023) — disse o secretário de orçamento federal do ministério do Planejamento, Paulo Bijos, em coletiva nesta sexta.

Ele argumenta que, assim, é mantida a “lógica de anualidade orçamentária” para o ano de 2023.



O presidente Lula ainda precisa oficializar o bloqueio via decreto. Haverá detalhamento de quais ministérios terão suas verbas reduzidas.

A atual sistemática de limitação de gastos será totalmente substituída pelo arcabouço fiscal a partir de 2024.

Projeção de déficit reduzida

O Ministério do Planejamento reduziu em R\$ 3,9 bilhões a estimativa de déficit primário para o ano de 2023.

O resultado primário trata do balanço de despesas e receitas - sem considerar os gastos com os juros da dívida pública. Déficit é despesa acima da receita, e superávit é o contrário.

Do mesmo grupo da 123milhas: MaxMilhas pede recuperação judicial com tutela de urgência
A projeção de rombo para este ano passou de R\$ 145,4 bilhões (1,4% do PIB) para cerca de R\$ 141,4 bilhões (1,3% do PIB). Ou seja, menos R\$ 3,9 bilhões em relação ao último relatório.

Receita em 2023 não 'preocupa'

A secretária-adjunta do Tesouro Nacional, Viviane Varga, também presente na coletiva, pondera que o movimento de receita para 2023 "não preocupa" porque estaria em linha com o esperado para este ano.

A arrecadação federal caiu pelo terceiro mês consecutivo, até agosto. Uma das justificativas apontadas pela secretária foi a redução dos preços das commodities, o que impactou negativamente na arrecadação até agora.

— É uma dinâmica de (receita) que não preocupa porque está em linha com o que é esperado, o que pode acontecer — declara.

Apesar das quedas recentes, o relatório de avaliação de receitas e despesas aponta uma melhora de aproximadamente R\$ 6,6 bilhões na estimativa de arrecadação para este ano. Um dos motivos seria a projeção de aumento em R\$ 5,4 bilhões na arrecadação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Viviane Varga também avalia que algumas medidas adotadas pelo governo já poderiam gerar resultados positivos para as contas públicas neste ano. Principais exemplos seriam: a volta do voto de qualidade pró-governo nos julgamentos no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), bem como a medida provisória que trata da cobrança de impostos federais sobre incentivos fiscais dados por governadores por meio de ICMS.

— Agora com a aprovação do Carf, existe uma perspectiva de parte daquela receita que estávamos projetando no começo do ano poder ser realizada em 2023. Existe essa perspectiva, a depender do ritmo de como forem os procedimentos para entrada dos recursos. Da questão da subvenção do ICMS também pode ter alguma receita — disse Viviane Varga, secretária-adjunta do Tesouro Nacional.

Durante as discussões sobre o tema no início do ano, o governo estimou o montante de R\$ 50 bilhões em receita adicional à União, com o voto de qualidade a favor da Receita Federal. A parcela desse total, só para 2023, não foi estimada e a maior parte deve ficar para o ano que vem.

Bloqueio de R\$ 20 bi para saúde

Bijos comentou sobre a possível validação dos pisos constitucionais com a saúde e educação para o ano de 2023. Com base no relatório da Receita Corrente Líquida (RCL) do primeiro quadrimestre, o



governo poderia ter que aumentar em aproximadamente R\$ 18 bilhões os gastos na área de saúde. Esse número foi revisado.

— A conta já andou. Se aplicassem os mesmos 15% para a essa RCL (Receita Corrente Líquida) agora (do segundo quadrimestre) chegaríamos a R\$ 20 bilhões. Então, o que havia era uma incerteza em relação a qual encaminhamento seria dado, proporcional ao ano (meses restantes) ou ao ano cheio. Vamos respeitar o tempo do Congresso e rediscutir. Não deixa de ser um risco fiscal. Nós sabemos disso — afirmou o secretário de Orçamento Federal.

Um projeto de lei em tramitação no Congresso, se sancionado, pode permitir o cumprimento de um piso menor na área da saúde em 2023.

Essa proposta foi aprovada na Câmara junto com o PL da desoneração do ICMS, em um jabuti patrocinado pelo relator da proposta, deputado Zeca Dirceu (PT-PR). Agora, o texto precisa passar pelo Senado.

O dispositivo do PL prevê a aplicação do mínimo de 15% sobre uma estimativa de receita aprovada inicialmente no orçamento de 2023. Com base nessa estimativa, seriam necessários cerca de R\$ 5 bilhões e não o valor de R\$ 18 bi ou R\$ 20 bi, que são calculados com base em projeções de receitas mais robustas.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 22/09/2023

ÁREA TÉCNICA DA CVM PROCESSA UNIÃO POR INDICAÇÃO DE CONSELHEIROS DA PETROBRAS

Órgão mira nomeações feitas no governo Lula, assim como fez com indicações de Bolsonaro
Por Rennan Setti

A área técnica da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) abriu novo processo contra a União por indicações de nomes considerados “inelegíveis” ao conselho de administração da Petrobras. O processo sancionador — isto é, com acusação formulada e que vai a julgamento pelo colegiado do órgão — mira duas indicações feitas já no governo Lula, em procedimento semelhante ao aberto em março por nomeações feitas na gestão Bolsonaro.

O processo é uma iniciativa da Superintendência de Relações com Empresas da CVM. Além da União, são réus dois conselheiros indicados pelo governo federal para a Petrobras: Efrain Pereira da Cruz e Pietro Adamo Sampaio Mendes.

Os dois haviam sido considerados inelegíveis pela governança da Petrobras porque ocupam secretarias no Ministério de Minas e Energia (MME) — Mendes é secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e Cruz é secretário-executivo do ministério. Na avaliação das instâncias de controle da estatal, a acumulação de cargos configuraria conflito de interesse, uma vez que os dois atuam na definição de regras e políticas públicas no mesmo setor em que a Petrobras atua.

Processo anterior

Em abril, a área técnica da CVM já havia se manifestado, por meio de ofício, contra a indicação de conselheiros considerados “inelegíveis”. (O documento citava expressamente Mendes, mas não Cruz, cujo processo de análise ocorreu depois). Apesar disso, os dois foram empossados e são conselheiros até hoje - Mendes é, inclusive, o presidente do colegiado.

Em abril, a CVM abriu processo semelhante contra a indicação de dois nomes para o conselho pelo governo de Jair Bolsonaro. A ação era contra a União e contra os indicados (e hoje ex-conselheiros) Jonathas de Castro e Ricardo Soriano de Alencar. À época das nomeações, em agosto de 2022, Castro era secretário-executivo da Casa Civil e Alencar chefiava a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Ambos foram considerados inelegíveis pela governança da Petrobras.

Os dois processos estão tramitando na CVM e ainda não têm datas de julgamento marcadas.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/09/2023

STELLANTIS VAI INVESTIR R\$ 2,5 BI NO RIO E FABRICAR C3 AIRCROSS EM PORTO REAL

Empresa quer atrair novos fornecedores. Parte dos recursos será usado para desenvolvimento de novos produtos

Por Bruno Rosa



O governador do Rio, Cláudio Castro, e o presidente da Stellantis América do Sul, Antonio Filosa: empresa quer atrair novos fornecedores — Foto: Divulgação

A Stellantis, grupo automotivo que surgiu da união do Fiat Chrysler com o Grupo PSA, anunciou nesta sexta-feira que fará investimentos de até R\$ 2,5 bilhões no Rio de Janeiro.

Em evento realizado no Palácio Guanabara, com a presença do governador Cláudio Castro e de Vinicius Farah, secretário de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, o presidente da Stellantis América do

Sul, Antonio Filosa, destacou que o plano prevê a produção de novos modelos de veículos e a atração de novos fornecedores para o Estado do Rio.

Os investimentos são localizados em Porto Real, onde a montadora tem uma unidade fabril com 1,7 mil empregados. Hoje, a companhia anunciou que vai produzir um novo modelo no local, o C3 AirCross. Em Porto Real já é fabricado o C3. O terceiro modelo será anunciado em breve, destacou o executivo.

— Nosso plano é colocar o Rio de Janeiro no coração da nossa estratégia. Hoje estamos anunciando o segundo modelo e em breve teremos o terceiro modelo. Serão R\$ 2,5 bilhões até 2025 — afirmou Filosa. — Porto Real é estratégico para o futuro de nossa empresa e para o desenvolvimento de uma mobilidade sustentável e acessível. Suas instalações receberam importantes investimentos nos últimos anos.



O C3 AirCross passará a ser fabricado em Porto Real — Foto: Divulgação

Os investimentos previstos até 2025 incluem o desenvolvimento de novos produtos, Pesquisa&Desenvolvimento e modernização das instalações, além de sistemas e equipamentos da unidade industrial.

Desse total, R\$ 330 milhões são destinados ao desenvolvimento de uma variante de uma plataforma chamada CMP, compatível com motorização térmica, híbrida e elétrica. Essa plataforma vai permitir que Porto Real tenha condições técnicas de produzir veículos híbridos, com gasolina (e etanol) e elétrico.

— Além disso, com as inovações e investimentos recentes, Porto Real está preparado para receber modelos das diversas marcas que compõem a Stellantis — afirma Filosa.

Atração de novos fornecedores

Segundo ele, a estratégia da companhia inclui ainda a atração de novos fornecedores nacionais que irão trabalhar não só para a planta de Porto Real, mas sim para outras regiões do Brasil.

A planta de Porto Real é uma das unidades produtivas da Stellantis no Brasil, de um total de cinco fábricas instaladas na América do Sul.

— Isso vai permitir abastecer outras unidades como as de Minas Gerais e Pernambuco. Isso é apenas o começo de mais oportunidades — afirmou.

Em 2022, a unidade do Porto Real demandou R\$ 3,3 bilhões em componentes e insumos para produzir sua linha de veículos. Cerca de 40% desta demanda foi atendida por fornecedores instalados no estado do Rio de Janeiro. Desde o início de suas operações, em 2001, o Polo já exportou mais de 355 mil unidades, principalmente para países da América Latina.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/09/2023

MINISTÉRIO NÃO VÊ 'NECESSIDADE' DE VOLTAR COM HORÁRIO DE VERÃO 'ATÉ O MOMENTO'

O adiamento dos relógios em uma hora, extinto no governo Bolsonaro, era uma política adotada para reduzir o consumo de energia elétrica

Por Renan Monteiro — Brasília



Ministério não vê 'necessidade' da volta do horário de verão 'até o momento' — Foto: Ricardo Botelho/MME

O Ministério de Minas e Energia (MME) descartou, por ora, a possibilidade de o governo voltar com o horário de verão, com base em avaliação de técnicos da pasta. Essa política de horário especial foi extinta em abril de 2019, no governo de Jair Bolsonaro.

“Em virtude do planejamento seguro implantado pelo ministério desde os primeiros meses do governo, os dados não apontam, até o momento, para nenhuma necessidade de implementação do Horário de Verão”, informou o MME, via nota.

O adiamento dos relógios em uma hora era justificado pela necessidade de redução de consumo de energia elétrica - na medida em que as pessoas poderiam, em tese, ter um melhor aproveitamento da luz natural.

Funcionava como um estímulo para que as empresas e a população em geral pudessem encerrar as atividades do dia com a luz do sol ainda presente, sem precisar de iluminação artificial.

Porém, os técnicos do MME identificaram mudanças no hábito de consumo da população, com uma maior demanda por energia elétrica no período da tarde. Logo, o horário de verão não teria o mesmo resultado no sentido de redução do consumo.

Em novembro de 2022, como presidente-eleito, Lula chegou a tratar do tema via enquete no Twitter (agora X). A primeira-dama, Rosângela da Silva, se mostrou favorável à volta do horário de verão.

Como funcionava?

- Essa política era aplicada nos seguintes estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e também no Distrito Federal;
- Havia seletividade para regiões porque o horário de verão teria melhor eficácia nos locais do país mais distantes da Linha do Equador;



- Na gestão de Bolsonaro, o MME identificou uma “naturalidade” dos efeitos do horário de verão. Ou seja, embora o melhor aproveitamento da iluminação natural tivesse como consequência positiva um menor consumo de energia (para iluminação), houve intensificação do uso de equipamentos como ar-Condicionado, o que teria anulado esses efeitos.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/09/2023

GOVERNO LULA E PETROBRAS PRESSIONAM E PT DO SENADO NÃO ASSINA PEDIDO DE CPI DA BRASKEM

Por Malu Gaspar e Johanns Eller

O senador Renan Calheiros (MDB-AL) conseguiu reunir na última quinta-feira (14) 45 assinaturas de apoio à criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Braskem, para apurar o tamanho do passivo ainda não reparado pela empresa após afundamento do solo de cinco bairros de Maceió, que deixou mais de 50 mil pessoas desabrigadas.

A tragédia, considerada o maior desastre ambiental urbano da história do Brasil, foi provocada pela extração do sal-gema, minério utilizado na indústria petroquímica. A desestabilização do solo condenou 20% do território da capital alagoana.

O número de assinaturas é suficiente para que a CPI seja instalada, e a lista de apoiadores é eclética. Vai da ex-ministra bolsonarista Damares Alves (Republicanos-DF) ao líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP). Mas tem uma particularidade: quase nenhum dos oito senadores do PT endossou a criação da CPI.

Apenas Paulo Paim (PT-RS) assinou o requerimento de Renan e, segundo apurou a equipe da coluna, em meio a um clima de desconforto no partido.

Apesar do apelo social e ambiental do desastre e do fato de o partido compor a base do governador Paulo Dantas (MDB), aliado de Renan, a equipe da coluna apurou que para o PT o que mais pesou foi o interesse econômico do governo federal.

De acordo com senadores da base lulista, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner, orientou a bancada para que não assinasse o pedido de CPI, preocupado com o estrago que a investigação pode causar ao processo de venda da parte da Novonor (ex-Odebrecht) na Braskem, que é a maior do setor petroquímico na América Latina e da qual a Petrobras tem 36% das ações.

Também houve pressão direta de Prates, ele próprio um integrante da bancada do PT até janeiro deste ano, quando assumiu o comando da Petrobras por indicação do presidente Lula.

A Braskem está à venda desde 2019 e há três grupos interessados em comprá-la - as brasileiras Unipar e J&F e a estatal petrolífera de Abu Dhabi, a Adnoc. Mas a Petrobras tem o direito de preferência na compra dessa fatia da petroquímica, e está justamente analisando se exerce ou não esse direito. A empresa é também a maior fornecedora da nafta petroquímica, principal matéria-prima no setor, da Braskem

O CEO da Petrobras já assumiu que a empresa tem interesse em retomar o controle da Braskem. Só que, para calcular o preço justo pelas ações, é preciso primeiro saber qual o tamanho da indenização que o novo sócio terá que pagar pela tragédia de Maceió – o que é bem complexo de se calcular, uma vez que seus efeitos ainda persistem.

Neste ano, a companhia revisou os gastos previstos para as reparações e admitiu que seria necessário gastar quase R\$ 1 bilhão a mais do que o estimado, mas não se sabe ao certo até que ponto as indenizações se estenderão.



Essa é justamente um dos objetivos da CPI proposta por Renan – e a principal razão pela qual o governo teme a instalação da comissão, que poderia elevar o passivo da Braskem a ponto de inviabilizar o negócio da Petrobras.

Não por acaso, Renan fez questão de citar a petroleira no requerimento de abertura da CPI. Além de se debruçar sobre as responsabilidades da Braskem no desastre, o senador cita entre os objetivos da comissão a apuração dos impactos da tragédia “em seus milhares de investidores e acionistas, incluindo a Petrobras”.

No requerimento, o senador diz que quer apurar por que a Braskem distribuiu dividendos bilionários, a despeito da indefinição quanto aos gastos relacionados ao desastre.

Renan tem ainda um interesse direto no caso. Seu aliado Paulo Dantas reivindica que a Braskem, que já se comprometeu indenizar o município de Maceió em R\$ 1,7 bilhão e fechou acordos com moradores afetados pelo afundamento do solo, também pague uma indenização aos cofres estaduais,

O estado alega que se tornou o maior credor da Braskem em função do desastre, que teria provocado uma dívida de mais de R\$ 20 bilhões em função da realocação de moradores e exige uma reparação. O governo estadual também cita um impacto direto na arrecadação do ICMS nas áreas atingidas e a perda de postos de saúde e escolas.

Tanto Renan como o governo alagoano também já fizeram uma representação ao Tribunal de Contas da União (TCU) pedindo a suspensão da venda da Braskem, até que sejam fechados acordos de reparação financeira com todos os afetados pelo afundamento do solo – incluindo, é claro, o estado de Alagoas. O caso ainda está em análise na corte de contas.

Renan Calheiros tem dito a aliados que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), se comprometeu a instalar a CPI em ritmo célere. Entretanto, interlocutores de Pacheco afirmaram à equipe do blog que não houve nenhum acordo nesse sentido até agora.

Como já ultrapassou o mínimo de 27 assinaturas, a comissão pode, em tese, ser instalada a qualquer momento. Bastaria a leitura de seu requerimento em plenário. Entretanto, existem brechas para que o presidente do Senado proteja a criação de colegiados. Não há um prazo regimental para instalá-los, o que, em alguns casos, só ocorreu após determinação do STF – como as CPIs da Covid e a da Petrobras, em 2014.

Tudo indica que é o que Pacheco fará. O presidente do Senado tem se mostrado afinado com o Palácio do Planalto e mantém influência sobre o Ministério de Minas e Energia através do correligionário Alexandre Silveira.

Regimentalmente, comissões parlamentares de inquérito têm duração prevista de 120 dias, mas podem ser prorrogadas por mais 60.

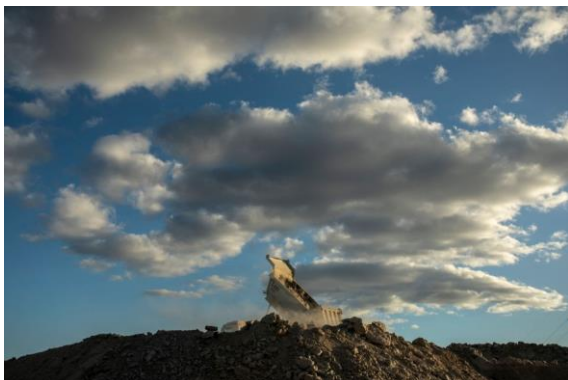
Levando em conta o calendário do Congresso, mesmo que Pacheco resolva logo instalar a CPI, os trabalhos se estenderiam pelo primeiro semestre de 2024.

Se a comissão começar a convocar executivos da empresa e vítimas da tragédia, isso pode afetar ainda mais a imagem da empresa e, conseqüentemente, potenciais ofertas de mercado. É esse o pesadelo do governo Lula, que ao que tudo indica ainda deve fazer mais esforços para evitar a CPI.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 22/09/2023

'VALE DO LÍCIO' EM MINAS GERAIS VAI RECEBER R\$ 5 BILHÕES EM INVESTIMENTOS

Chegada de empresas muda rotina da região, com disparada de preços de aluguel e aumento da procura por hospedagem
Por O GLOBO — Rio



Caminhão basculante movimentando minério de lítio na mina Sigma Lithium Xuxa, perto de Itinga, Minas Gerais. — Foto: Dado Galdieri/Bloomberg

Em maio, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, foi até a Nasdaq lançar o projeto que quer fazer do Vale do Jequitinhonha o Vale do Lítio, atraindo empresas focadas no minério central na transição energética.

— O lítio é um dos elementos mais importantes para a economia do Vale do Jequitinhonha, com potencial de melhorar a qualidade de vida da população. É estratégico para a transição energética e não há perspectiva de diminuição do consumo a médio e longo prazos — frisa Fernando Passalio, secretário estadual de Desenvolvimento Econômico.

Esse potencial se traduz em R\$ 5 bilhões em investimentos já confirmados na região, a mais pobre de Minas, com potencial para gerar mais de três mil empregos, diz ele. Até 2030, as projeções alcançam de R\$ 20 bilhões a 30 bilhões em investimentos.

Uma das referências na região é a Sigma Lithium. Listada na Bolsa de Toronto, no Canadá, e na Nasdaq, tem BDRs na B3 desde julho e chegou ao Jequitinhonha em 2012.

Numa indústria de alto impacto ambiental, estruturou o negócio para produzir o que chama de lítio verde, por fazer a extração a seco do mineral — sem barragem de rejeitos —, usando energia renovável e água 100% reutilizada.

A fase 1 entrou em operação em abril e tem capacidade para produzir 270 mil toneladas anuais. Este ano, deve garantir 130 mil toneladas. Estão previstas mais duas fases, a partir de 2024, esticando a capacidade a 766 mil toneladas de lítio por ano. No fim de julho, a Sigma fez seu primeiro embarque de exportação para a Ásia.

— Com a corrida dos países para zerar emissões poluentes e a demanda em veículos elétricos, o preço no mercado internacional vai se sustentar com patamares de muito prêmio, atraindo investidores por anos — destaca Matheus Spiess, analista da Empiricus.

A Sigma já é a quinta maior produtora global no segmento. E atrai interesse de outras empresas. Mês passado, a CEO da companhia, Ana Cabral Gardner, disse que vem conversando com investidores sobre parcerias ou mesmo a aquisição da empresa. Procurada, a empresa não comenta.

No Jequitinhonha, as empresas estão chegando. Outros investimentos já acordados virão das canadenses DeepRock Minerals e Lithium Ionic, da australiana Latin Resources, além da americana Atlas Lithium, lista o secretário. Valendo destacar a pioneira CBL, há décadas na região.

— A gente tem ao menos 30 empresas pesquisando no Vale do Jequitinhonha, então a aposta é positiva. Temos cinco mais avançadas. E certamente vai haver anúncio de projetos — diz Júlio Nery, diretor de Sustentabilidade do Ibram.

A Grota do Cirilo, da Sigma, está entre os municípios de Araçuaí e Itinga. Pelos dados do Censo — anteriores à onda de trabalhadores que ergueram a fase 1 do projeto — a primeira somava pouco mais de 34.200 habitantes, enquanto a vizinha superava 13.700.



Localmente, a expectativa é que a virada do lítio atraia também políticas públicas que gerem emprego e renda e que ajudem a transformar a região.

— Todo dia, uma empresa liga para cá. O Vale do Jequitinhonha está cansado de perder oportunidades. Criamos uma agenda de desenvolvimento local. Temos problemas de décadas, como péssima malha viária, faltam boas escolas, saneamento, hospital maior, moradia — diz Higino Pedro Filho, que cuida das Relações Institucionais do gabinete do prefeito de Araçuaí.

Ainda assim, o orçamento anual do município vem subindo. Em 2020, foi de R\$ 104,88 milhões. Este ano chegou a R\$ 173,16 milhões, enquanto a estimativa para 2024 é subir a R\$ 190,3 milhões.

Já há cursos de qualificação profissional previstos para 2024 no Vale do Jequitinhonha pelo governo do estado.

Empresas e profissionais

Com os trabalhadores da mineração do lítio, chegaram à região profissionais de outras empresas e empresários de cidades vizinhas, conta Marcos Antônio Miranda, à frente da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Araçuaí (Acia). Hotéis lotaram, vendas em postos de gasolina, padarias e farmácias saltaram, diz:

— Em 2022, com mais de 1.500 trabalhadores na Sigma, as vendas do comércio subiram 60%. Como muitos foram embora, após o fim da instalação da unidade, a alta é de 20% este ano sobre 2021.

Reciclagem, energia limpa e parcerias: Mineradoras apostam em projetos para reduzir emissões
Maurício Martins Andrade é dono do Village das Minas, em Araçuaí, e diz que o movimentou aqueceu em três anos:

— Abri o hotel com 36 quartos. Hoje são 71. Meu filho trabalha comigo, e a minha filha, que morava no Canadá, voltou com a família para ajudar — conta ele.

Sebastião Guedes, dono do Supermercados Sévia, está construindo um hotel na cidade. O Star terá 80 apartamentos e será aberto em dois anos.

O preço dos aluguéis disparou. O relato é de locações custando até três vezes mais em um ano, de terrenos que saíram da casa do milhar para a do milhão. Só este ano, o preço médio de locação residencial subiu 60%, segundo informações da imobiliária Rede Max.

Samira Rezende Trindade, promotora do Ministério Público de Minas Gerais em Araçuaí, ressalta que é preciso encontrar soluções para os impactos, como alta de aluguéis e aumento da criminalidade.

— Que venham outras empresas, mas não pode ser apenas para explorar riquezas. Elas têm de trazer contrapartidas — diz Miranda, da Acia.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 22/09/2023

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

RÚSSIA SUSPENDE EMBARQUE DE DIESEL CONTRATADO E PODE AFETAR ABASTECIMENTO E ELEVAR PREÇOS NO BRASIL

Brasil importa mais de 20% do volume que consome; em agosto, 74% do diesel trazido ao País eram de origem russa, segundo o governo federal

Por Gabriel Vasconcelos

RIO - Um dia após o anúncio de restrição nas exportações russas de diesel e gasolina, empresas têm reportado a suspensão de carregamentos em portos, o que pode prejudicar o fluxo de diesel para o Brasil, inclusive de cargas já contratadas, disseram fontes do mercado e analistas ao Estadão/Broadcast.

Mais do que uma alta geral nos preços internacionais das commodities em função de menor oferta no curto prazo, fica patente a ameaça ao abastecimento de países como o Brasil.

No caso do diesel, o Brasil importa mais de 20% do volume que consome. E, como em agosto três em cada quatro litros de diesel trazidos para o País (74%) tiveram origem russa, segundo dados do governo federal, alguma escassez de combustível pode ser enfrentada, diz o especialista da consultoria de preços Argus, Amance Boutin. Ainda assim, pondera ele, a tendência é que o fornecimento russo não demore a se estabilizar, o que vai limitar no tempo os efeitos do decreto do Kremlin.

Na quinta-feira, 21, Ramon Reis, presidente da maior importadora de diesel russo para o Brasil, a Nimofast, disse ao Estadão/Broadcast ter contratos de 12 meses com fornecedores russos, um prazo considerado longo, e que seu fluxo de produto não deve ser interrompido à frente.



Porto de Novorossiysk, no Mar Negro, é a porta de saída para exportações à Turquia; local suspendeu embarque de diesel Foto: Natalya Chumakova/Reuters

Mas fontes do mercado se dizem céticas a essa continuidade de fluxo a importadores e distribuidoras brasileiras, por acharem que a proibição de importação com efeito imediato abarca não só o mercado spot (imediato), como cargas contratadas há mais tempo.

Segundo essas fontes, não só a Nimofast tem trazido produto russo. Nos últimos meses, pequenos importadores e distribuidores de todos os portos fizeram o mesmo movimento.

Escoamento ameaçado

Boutin compartilha do temor. Ele destaca que a Transneft, empresa de transporte e oleodutos estatal da Rússia reportou a suspensão de embarques em portos, que passam a ficar “fechados” para combustíveis.

É o caso do porto de Primorsk, a maior porta de saída de petróleo e derivados russos no mar Báltico, inclusive para o Brasil. Outro porto na mesma situação é o de Novorossiysk, no Mar Negro, a porta de saída para exportações à Turquia, principal compradora de diesel russo no mundo hoje.

Para o Brasil, diz Boutin, outro ponto de escoamento do produto é o porto de Ust-luga, também no Báltico e sobre o qual ainda não se tem notícia de paralisação da atividade. O mesmo movimento de restrição de saída em portos russos foi verificado pela também consultoria de preços Stonex.

Caso as restrições afetem cargas encomendadas para o Brasil, diz o especialista da Argus, importadores e distribuidores brasileiros terão de “correr” para antigos fornecedores, do Golfo do México (EUA), comprando mais caro, ou pedir à Petrobras mais volume, o que tende a não ser atendido, já que o fornecimento interno da estatal costuma estar tomado pela carteira de clientes e não teria grande elasticidade no curtíssimo prazo.

A Petrobras trabalha com encomendas ancoradas no consumo passado dos clientes, o que praticamente impossibilita destinações inéditas ou aumento repentino nas entregas.

Para efeito de preços, a escalada das referências internacionais, do petróleo bruto e agora do diesel, pressiona a Petrobras por reajustes em seus preços de refinaria ou por mais importações próprias a fim de estabilizar o mercado doméstico. Ainda assim, o diretor financeiro da estatal, Sergio Caetano Leite, disse nesta sexta-feira, 22, a uma agência de notícias internacional que a companhia segue “confortável” com a importação de combustíveis e ainda “não ultrapassou os limites de seu túnel de volatilidade para o petróleo”.

Segundo ele, a Petrobras permanece com sua política de suprimir a volatilidade dos preços de curto prazo dos combustíveis, mesmo após a disparada nos preços do barril do tipo Brent.

Preços do diesel

Segundo a Argus, que acompanha o preço efetivo de negociações, o prêmio sobre o preço do petróleo nos portos brasileiros disparou e há recuo por parte dos ofertantes de cargas, que assumiram posição de cautela para avaliar as tendências do mercado no momento.

Para Boutin, na quarta-feira, antes do anúncio russo, cargas de diesel eram negociadas no porto de Paranaguá com prêmio de R\$ 620 por metro cúbico sobre o preço Petrobras, usado como referência. Na quinta, embora não tenha havido negócios, esse prêmio tinha saltado para R\$ 1,1 mil por metro cúbico, um aumento de R\$ 480/ m³ ou 77,4%, equivalente a R\$ 0,48 por litro, que afastou compradores.

A Associação Brasileira de Importadores de Combustíveis (Abicom) calcula que a defasagem entre os preços de refinaria da Petrobras e a referência de importação (PPI) por ela precificada avançou para 17% ou R\$ 0,76 por litro no diesel, e 8% ou R\$ 0,23 por litro na gasolina. Embora tenham subido na margem, essas defasagens já foram maiores poucos dias atrás, animadas pelas altas no preço do Brent.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 22/09/2023

GOVERNO BLOQUEIA R\$ 588 MILHÕES NO ORÇAMENTO DE 2023, MAS IGNORA R\$ 20 BILHÕES DO PISO DA SAÚDE

Até agora, equipe econômica realizou três bloqueios, que somam R\$ 3,8 bilhões
Por Adriana Fernandes e Bianca Lima

BRASÍLIA - O Ministério do Planejamento e Orçamento realizou um bloqueio de R\$ 588 milhões nos gastos de 2023, mas ignorou um aumento de despesa da ordem de R\$ 20 bilhões referente ao piso constitucional da saúde, que voltou a valer com o fim do teto de gastos.

Isso porque, com a sanção do novo arcabouço fiscal, os mínimos da saúde e educação, atrelados ao comportamento das receitas do governo, voltam a valer já em 2023. No caso da educação, não há problema, porque os gastos estão acima da aplicação mínima prevista na Constituição.



O desafio se concentra nas despesas da saúde, as quais precisam ser complementadas para que o piso seja cumprido. Isso, porém, não foi previsto no relatório bimestral de receitas e despesas, apresentado nesta sexta-feira, apesar de a regra constitucional já estar em vigor.

O secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos, explicou que, até o final deste ano, o governo seguirá sujeito aos mesmos limites de despesas que estavam previstos na antiga regra do teto de gastos. Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agencia Brasil

A inclusão desses gastos no relatório obrigaria o governo federal a fazer um bloqueio no Orçamento de mais R\$ 20 bilhões, o que poderia gerar problemas para os ministérios e abrir nova frente de pressão para a equipe econômica dentro do governo.

Até agora, o governo realizou três bloqueios no Orçamento, que somam R\$ 3,8 bilhões. As áreas atingidas por esse último congelamento serão conhecidas na semana que vem, por meio de decreto.

O secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos, alegou que a decisão de não incluir essas despesas deve-se à incerteza em relação ao valor que será considerado, já que há uma discussão sobre o tema no Congresso Nacional que implicaria um aumento menor desses gastos, no valor de R\$ 5 bilhões.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 22/09/2023

RIO AMAZONAS PODE TER CAPACIDADE DE NAVEGAÇÃO REDUZIDA PELA METADE EM OUTUBRO, ESTIMA SETOR

Período de seca que atinge região Norte do País já afeta a navegação no rio, segundo Associação Brasileira de Armadores de Cabotagem; queda diária da vazão tem sido de até 35 centímetros

Por Luiz Araújo

BRASÍLIA - O período de seca que atinge a região Norte do País já afeta a navegação do rio Amazonas e pode reduzir a capacidade de transporte por ele em 40% em duas semanas e até 50% até outubro. A estimativa é da Associação Brasileira de Armadores de Cabotagem (Abac), que monitora a vazão em três diferentes pontos, tendo identificado queda diária de até 35 centímetros, enquanto a média para este período é de 25. A cobrança do setor é por ações emergenciais, que, segundo o governo, estão sendo estudadas.

A seca é sazonal, sendo observada todos os anos. Neste, porém, teria chegado mais cedo do que o esperado. Desde agosto, a Marinha do Brasil decidiu restringir a navegação em rios no Estado do Amazonas, atingindo três pontos: a passagem do Tabocal, a 339 km de Manaus, e as enseadas do Rio Madeira Enseada e do Rio Purus com o Rio Solimões. O medo do setor de navegação é que o próximo afetado será o próprio Rio Amazonas, principal hidrovia da região.

No pior cenário, em função da segurança, não será possível a navegação pelo rio Amazonas. Ocorre que os navios que navegam por ele são os que permitem o escoamento da produção e mantêm o abastecimento da região com insumos básicos para toda a população e para a indústria local.

No ano passado, a redução de capacidade de transporte foi, em média, de 40%, contra os 50% estimados para este ano. Os produtos que sofrem mais impacto são os mais pesados, como alimentos (arroz, congelados e resfriados), cimento, metais, cerâmica, porcelanato e fertilizantes.



“Manaus é uma ilha, não tendo produção de itens como alface e arroz. Nós é que levamos os insumos para lá, o ferro, a areia, o cimento. E também tiramos a produção feita lá. E como não estamos conseguindo navegar com o volume de carga normal, já prevemos para duas semanas uma redução de 45% da nossa capacidade de transporte”, afirma o diretor-executivo da Abac, Luis Fernando Resano.

Adoção de embarcações menores é uma estratégia defendida pelo setor para enfrentar a seca na região
Foto: Bruno Kelly/Reuters

A crise atinge a população, podendo refletir em aumento direto do preço dos produtos, pela escassez e por aumento no frete. É impactada, ainda, a Zona Franca de Manaus, que não consegue escoar



seus produtos, o que, dependendo da duração da crise, pode causar desabastecimento no mercado no Sul e Sudeste, em especial na “Black Friday”.

Setor cobra medidas

Resano diz que, apesar de o problema da estiagem ter sua maior parte fora do controle humano, há iniciativas que podem ser usadas como mitigatórias. Para este momento, afirma ser necessária uma dragagem emergencial na enseada do Rio Madeira no trecho em que alcança o Amazonas. “Aquela área está assoreada, com acúmulo de areia. Precisaria de dragagem para abrir canal para que navios possam navegar próximo da capacidade”, diz.

O Estadão/Broadcast entrou em contato com os ministérios dos Transportes e de Portos e Aeroportos, já que ambos têm iniciativas ligadas ao setor. A pasta de Portos diz que o órgão responsável pela segurança da navegação é a Marinha do Brasil, que indica as possibilidades ou possíveis restrições e a impraticabilidade de percorrer determinados trechos.

“O Ministério de Portos e Aeroportos, juntamente com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), acompanha a situação e está preparado para fazer a intervenção necessária nos trechos possivelmente indicados”, afirma a nota.

Tecnologia pode ser aliada

Para Mario Veraldo, CEO da MTM Logix e ex-diretor da Maersk, a saída está na tecnologia somada à “perspicácia estratégica”. Ele cita como exemplo as torres de controle da cadeia de suprimentos. “Elas oferecem uma supervisão centralizada de toda a cadeia de suprimentos, permitindo que as empresas monitorem suas remessas, avaliem os níveis de estoque em tempo real e antecipem possíveis interrupções”, diz.

Paralelamente às torres de controle, defende sistemas de navegação avançados. “Com os níveis de água do Amazonas mostrando flutuações imprevisíveis, a margem para erros de navegação diminuiu. Esses sistemas de última geração, equipados com dados em tempo real sobre profundidades de água e possíveis obstruções, garantem que os navios naveguem pelos desafiantes terrenos do rio com segurança e eficiência”, explica Veraldo.

Outra estratégia apontada por Veraldo é a adoção de embarcações menores. “Embora a tecnologia ofereça uma infinidade de soluções, às vezes, a resposta está em revisitar métodos tradicionais com uma perspectiva renovada”, defende. Mesmo com custos maiores, as embarcações menores permitem navegação em situações mais desafiadoras.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 22/09/2023

DIESEL RUSSO: RESTRIÇÃO DE EXPORTAÇÕES DEVE DURAR POUCO OU SERÁ ‘TIRO NO PÉ’, DIZEM ANALISTAS

Medida para forçar queda rápida nos preços domésticos dos combustíveis é vista como ‘desesperada’ por especialistas; desde abril, preço da gasolina russa subiu 53%, e do diesel, 46%

Por Gabriel Vasconcelos

RIO - Apesar da alta nos preços e da instabilidade no mercado mundial de combustíveis provocadas pelo anúncio de restrição da exportação de diesel e gasolina russos, a medida deve durar pouco tempo, apostam especialistas no setor ouvidos pelo Estadão/Broadcast.

Eles não subestimam os efeitos da medida, mas há um consenso crescente de que a proibição deve durar poucos dias ou, no máximo, semanas. O decreto do Kremlin, porém, não fixa prazo.

As razões para essa expectativa são o padrão de excedente de produção russa de derivados ante uma demanda interna menor em situações normais, e a possibilidade real dos refinadores driblarem os objetivos do governo de Vladimir Putin, de orientar cargas até então exportadas para o mercado doméstico e baixar os preços inflacionados de momento.



O especialista da consultoria de preços Argus, Amance Boutin, reconhece que, em situações normais, fora do pico de demanda por diesel para a colheita da safra agrícola russa ou sem restrições de produção ligadas à manutenção de refinarias, não haveria porque se restringir exportações.

Ele define a medida como “desesperada”, para forçar uma queda rápida nos preços domésticos dos combustíveis. Nos quase seis meses entre abril e o início desta semana, observa, o preço da gasolina na Bolsa de São Petersburgo acumulou alta de 53%, enquanto, o diesel, de 46%.

Thiago Vetter, da StoneX, acompanha o raciocínio e disse ao Estadão/Broadcast serem remotas as chances dessa restrição durar muito tempo e incidir no longo prazo. Ele vê a medida como “muito pontual” e espera sua revisão em breve, com normalização dos embarques ao exterior em breve.

Drible

Para os especialistas, uma extensão desses cortes de exportação podem funcionar como um tiro no pé do governo russo, porque haveria meios de driblar o objetivo final da medida e prejudicar a inserção dos combustíveis russos em mercados que ganhou este ano, como o brasileiro de diesel.

“O que temos ouvido de fornecedores russos é que as refinarias podem frear suas operações para não serem obrigadas a vender mais barato no próprio país ou mudar o grau de processamento dos produtos para escapar às restrições”, diz Boutin.

A segunda saída, diz ele, seria mudar o processamento das unidades para produzir mais diesel S500, que tem maior teor de enxofre, e não o diesel S10, com menos enxofre. Como só o diesel S10 está proibido de sair do País, os exportadores russos passariam a vender cargas de S500 para serem reprocessadas no destino ou em países de passagem.

No caso do diesel russo que vem para o Brasil, há prevalência do S10 e o País não tem plantas aptas a reprocessar para transformar outros tipos de diesel no produto demandado. “Mas outros países poderiam tranquilamente fazer isso”, diz Boutin. Ao mesmo tempo que não levaria a maior oferta do produto em território russo, o “drible” diminuiria as margens das operações russas.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 22/09/2023

Valor
ECONÔMICO

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

FAMÍLIA MAIS RICA DA AMÉRICA DO SUL DOBRA FORTUNA COM UM INVESTIMENTO ODIADO PELOS ANALISTAS

Um investimento inicial em 2011 da holding Quinenco na empresa de navegação chilena Compania Sud Americana de Vapores foi recebido com ceticismo pelo mercado depois de inicialmente ter registrado perdas acentuadas

Por Bloomberg

A família Luksic, a mais rica da América do Sul, com uma fortuna combinada de cerca de US\$ 25 bilhões, está colhendo os benefícios de uma aposta no transporte marítimo global e na logística portuária, mais de uma década depois de ter entrado pela primeira vez no setor.

Um investimento em 2011 da sua holding Quinenco SA na empresa de navegação chilena Compania Sud Americana de Vapores SA, ou CSAV, foi recebido com ceticismo por parte de analistas e investidores depois de inicialmente ter registrado perdas acentuadas. A família interveio para realizar

mais de metade de um aumento de capital de US\$ 1,2 bilhão em 2012, e os executivos tiveram de negociar "waivers" (perdão temporário) com bancos e detentores de títulos para desmembrar a sua frota de rebocadores.



Andronico Mariano Luksic Craig também é vice-presidente do conselho de administração do Banco de Chile — Foto: Morten Andersen/Bloomberg

A Quinenco aumentou progressivamente a sua participação na CSAV, que fechou um acordo em 2014 para fundir as suas operações com a Hapag-Lloyd, sediada em Hamburgo. A CSAV detém agora 30% do quinto maior expedidor do mundo, e a bonança alimentada pela pandemia na indústria, causada pelas cadeias de abastecimento obstruídas e pelo aumento das taxas de frete, rendeu bons frutos.

“Alguns analistas o descreveram como o pior investimento na história do grupo”, escreveu o presidente Andronico Mariano Luksic Craig no relatório anual de 2022 da Quinenco. “Os primeiros anos foram, na verdade, bastante difíceis. Sucessivos aumentos de capital e anos de prejuízos, bem como uma década sem dividendos, não diminuíram a nossa convicção de que resultados de longo prazo seriam obtidos. E assim foram.”

Em 2022, a Hapag-Lloyd obteve quase 17 bilhões de euros (US\$ 18 bilhões) de lucro sobre 34,5 bilhões de euros de receitas. Isto levou a um dividendo de 63 euros por ação, ou 11 bilhões de euros, aprovado na assembleia geral anual em maio.

A CSAV obteve lucro de US\$ 5,6 bilhões no ano passado, principalmente de sua participação na gigante naval. A parcela desses lucros da Quinenco representou mais de 90% de seu lucro líquido no período e 81% dos dividendos, mostra o relatório anual.

As participações dos Luksics são complexas – a família detém 83% da Quinenco, que por sua vez detém 66,5% da CSAV, que detém 30% da Hapag-Lloyd – mas está claro que a aposta no transporte marítimo tem sido frutífera. Desde a fusão da CSAV com a Hapag-Lloyd em 2014, a Quinenco gerou um retorno de 322%, incluindo dividendos, em comparação com um ganho de 60% do índice de ações local do Chile.

Fortuna da família

A família, que também controla a mineradora de cobre Antofagasta Plc., viu sua fortuna quase dobrar nos últimos cinco anos, de acordo com o Índice de Bilionários da Bloomberg, alimentada em grande parte pelos lucros inesperados do transporte marítimo.

Eles se juntam a outros barões do transporte marítimo global – dos Saades a Gianluigi Aponte – que se beneficiaram da expansão e das altas taxas de transporte marítimo durante a pandemia. Essa riqueza está agora a proporcionar um colchão à medida que as taxas caem das suas máximas e um excesso de novos navios sai das linhas de produção.

Este ano, a SM SAAM SA, controlada pela Quinenco, que tem operações de rebocadores e de carga aérea, fechou a venda de cerca de bilhões de dólares em ativos portuários à Hapag-Lloyd.

A Quinenco foi fundada em 1957 pelo patriarca Andronico Luksic Abaroa como fabricante de escoras de madeira para túneis subterrâneos. Desde então, diversificou-se em finanças, bebidas, cabos de cobre, combustível e logística.

Ela administra uma joint venture com o Citigroup Inc. para controlar o Banco de Chile e tem parceria com a Heineken NV para seus negócios de cerveja, vinho e engarrafamento na América Latina sob a empresa Cia Cervecerias Unidas SA. Também possui uma participação de quase 30% na empresa francesa de energia Nexans SA e opera postos de combustível no Chile, nos EUA e no Paraguai.

O maior ativo da família Luksic é a sua participação de US\$ 12 bilhões na Antofagasta.

Após a morte de Andronico em 2005, seus filhos Andronico, Guillermo e Jean-Paul assumiram diferentes partes do negócio.

Hoje, Andronico, 69 anos, é presidente da Quinenco e Jean-Paul, 59 anos, é presidente da Antofagasta. Guillermo, que atuava ativamente nos negócios, faleceu em 2013.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 22/09/2023

NAVIO DE CRUZEIRO: CONTRATAÇÕES DEVEM SEGUIR LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Decisão é do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e pacifica entendimentos divergentes das turmas da Corte sobre o assunto

Por Valor — Brasília

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu, nesta quinta-feira (21), que a contratação de trabalhadores brasileiros para desenvolver atividades a bordo de navios estrangeiros em percursos em águas nacionais e internacionais deve seguir a legislação do Brasil, naquilo que for mais favorável. A decisão é da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1), órgão responsável pela uniformização da jurisprudência das turmas do TST.

Em sua composição plena, o órgão julgou oito processos envolvendo o tema, que vinha sendo objeto de entendimentos divergentes entre as turmas da Corte. Prevaleceu no julgamento o voto do ministro Cláudio Brandão, relator de um dos casos.

Bandeiras de conveniência

Segundo o ministro, a chamada “Lei do Pavilhão” - segundo a qual a legislação aplicável é a do país da bandeira da embarcação - tem sido relativizada, principalmente nos casos de “bandeiras de conveniência ou de aluguel”. Nessa prática, a empresa armadora ou proprietária registra a embarcação em outro país, a fim de se submeter a leis e controles mais brandos.

“As consequências são gravíssimas e de diversas ordens, sobretudo no que tange à violação de direitos humanos e da dignidade dos trabalhadores”, afirmou.

Ele lembrou que a questão não é nova: num caso julgado em 1964, o TST já tratava da possibilidade de atribuição de bandeiras de países sem tradição em navegação a fim de burlar a aplicação da lei mais protetiva. “Esse cenário permanece atual”, ressaltou.

No caso relatado pelo ministro, as próprias empresas afirmaram que os navios em que o trabalhador havia prestado serviços usavam bandeira do Panamá, embora uma tenha sede na Suíça e a outra na República de Malta.



O navio de cruzeiro Diamond Princess ancorado no porto de Yokohama, próximo a Tóquio, no Japão — Foto: Sadayuki Goto/Kyodo News via AP

Segundo Brandão, o Panamá figura na lista de países associados a “bandeiras de conveniência” elaborada pela Federação Internacional dos Trabalhadores em Transportes (ITF), entidade sindical internacional.

Lei mais favorável

Nos casos julgados, o recrutamento ocorreu no Brasil. A Lei 7.064/1982, que trata de trabalhadores brasileiros contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior, prevê a aplicação da lei



brasileira quando for mais favorável que a legislação territorial. “Quando, no direito interno, houver norma mais benéfica, o direito internacional cede-lhe passagem”, afirmou o relator.

Essa orientação, segundo Brandão, está na Convenção 186 (Convenção sobre Trabalho Marítimo – CTM) da Organização Internacional do Trabalho (OIT), incorporada ao direito brasileiro pelo Decreto 10.671/2021.

O ministro rejeitou a alegação de que a existência de trabalhadores num mesmo local submetidos a legislação diferentes geraria um caos na gestão das empresas. Nessa abordagem, segundo ele, a repercussão econômica se sobreporia ao respeito aos direitos dos trabalhadores. Ele citou como exemplo a construção civil, à qual se aplica a lei do trabalho no estrangeiro.

O voto do relator foi seguido pelas ministras Kátia Arruda, Delaíde Miranda Arantes e Maria Helena Mallmann e pelos ministros Augusto César, José Roberto Pimenta, Hugo Scheuermann, Alberto Balazeiro e Lelio Bentes Corrêa, presidente do TST.

Prolongamento do território

A corrente divergente foi liderada pelo ministro Aloysio Corrêa da Veiga, para quem, no caso de empregado contratado por empresa estrangeira para prestar serviço no exterior, incide a Lei do Pavilhão, prevista no Código de Bustamante (Convenção de Direito Internacional Privado de Havana, ratificada pelo Brasil por meio do Decreto 18.871/1929).

“A legislação brasileira não é aplicável ao trabalhador brasileiro contratado para trabalhar em navio de cruzeiro, devendo incidir ao caso a lei do local da prestação de serviço, uma vez que as embarcações são consideradas prolongamento de seu território”, afirmou o ministro, relator de seis dos oito processos julgados. Seu voto foi seguido pela ministra Dora Maria da Costa e pelos ministros Breno Medeiros, Alexandre Ramos e Evandro Valadão.

Veja os processos que foram julgados:

E-ARR-114-42.2019.5.13.0015

E-ED-RR-15-72.2019.5.13.0015

E-RR-1045-98.2014.5.07.0011

E-ED-RR-1877-63.2015.5.09.0651

E-ED-RR-1718-30.2015.5.09.0002

E-RR-10233-81.2016.5.09.0014

E-RR-10614-63.2019.5.15.0064

E-RR-333-16.2020.5.07.0006

(Com informações do TST).

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 22/09/2023

GOVERNO PREVÊ CONCESSÕES NO PORTO DE SANTOS

Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, planeja avançar com leilão do STS 10, PPP de dragagem e túnel Santos-Guarujá

Por Taís Hirata — De Santos

O novo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos), planeja destravar três importantes projetos no Porto de Santos: a construção do túnel Santos-Guarujá, o arrendamento do terminal de contêineres STS 10 e uma PPP (Parceria Público Privada) para dar previsibilidade à dragagem no porto.

Em sua primeira visita a Santos como ministro, na quinta-feira (21), Costa Filho reiterou a diretriz de não privatizar o porto. “É uma decisão do presidente Lula, uma decisão nossa, que foi construída com todo o governo, pela não privatização do Porto de Santos. Vamos melhorar a governança, trazer o setor privado para perto e fazer as obras de infraestrutura pendentes”, disse.



Silvio Costa Filho: “O túnel Santos-Guarujá será feito de forma coletiva. É hora de esquecer a eleição” — Foto: Ricardo Stuckert/PR

Uma das prioridades será a construção do túnel Santos-Guarujá, que demandará investimentos na ordem de R\$ 6 bilhões. O lançamento da obra, que faz parte do Novo PAC será feito na segunda-feira (25), segundo ele, em uma parceria entre o presidente Luis Inácio Lula da Silva (PT) e o governador de São Paulo Tarcísio de Freitas (Republicanos).

A construção do túnel submerso, que atravessará o canal de acesso do porto conectando Santos e Guarujá, vinha sendo alvo de disputa entre Tarcísio e o ex-ministro de Portos, Márcio França (PSB). No início do ano, ambos chegaram a anunciar que realizariam o empreendimento.

“Essa conversa entre Estado e governo federal vai colocar a construção do túnel de forma coletiva e colaborativa”, afirmou. O ministro, do mesmo partido do governador, disse que é preciso deixar

o “divisionismo” de lado. “O momento, agora, é de esquecer a eleição, esquecer o divisionismo. É hora de unidade para ajudar o Brasil, precisamos trabalhar de forma coletiva.”

O ministro também sinalizou a intenção de leiloar uma PPP, com duração de 20 anos, para a dragagem do Porto de Santos. O projeto deverá incluir cerca de R\$ 200 milhões de investimentos por ano. “Queremos dar celeridade a essa demanda, que é cada vez maior. O porto precisa ter previsibilidade para que, independente do governo de plantão, tenhamos uma boa governança da dragagem, para dar tranquilidade aos operadores”, afirmou.

Outro projeto que será levado adiante é o leilão do terminal de contêineres STS 10. O projeto havia sido estruturado no governo passado como um “megaterminal”, pela pasta de Infraestrutura, então comandada por Tarcísio. Porém, a licitação foi alvo de controvérsia entre as empresas interessadas e, neste governo, vinha sendo reestruturado, possivelmente com um tamanho menor.

“É uma obra fundamental para o desenvolvimento de Santos, que está sendo pensada há muito tempo pela autoridade portuária. A gente espera que, em torno de 180 dias, possamos validar a operação para, a partir daí, ao lado da Antaq, avançar com esse projeto”, disse o ministro.

Questionada sobre como deverá ser o formato da nova concessão, a também recém-empossada secretária de Portos, Mariana Pescatori, sinalizou que a modelagem ainda está em estudo.

“Ainda estamos avaliando isso, o ministro sentou na cadeira agora. Acabamos de receber o projeto de substituição de área do Concais, terminal de passageiros, que impacta a área [do STS 10]. Vamos avaliar também a renovação do Ecoporto, que também afeta a área. Mas entendemos a importância de colocar o STS 10 para leilão”, disse ela. “Temos uma modelagem pronta considerando toda a área, mas, se chegarmos a uma área mais enxuta, teremos a possibilidade de usar a Infra S.A. para refazer a modelagem e levar a leilão”, completou a secretária.

No evento, Costa Filho também anunciou que irá manter Anderson Pomini à frente da Autoridade Portuária de Santos (APS). O presidente da companhia docas havia sido nomeado por França, que deixou o cargo após a reforma ministerial realizada nas últimas semanas.

O ministro também assinou, na quinta, três termos de compromisso: para a retomada de construção da perimetral do Guarujá; para a expansão da poligonal do porto na região do Alemoa; e para a construção de quatro berços de combustíveis.

A obra de construção da perimetral do Guarujá também foi incluída no Novo PAC e prevê cerca de R\$ 580 milhões de investimentos. A previsão é iniciar os trabalhos no início de 2024.

Já a expansão da poligonal do porto, em cerca de 400 mil metros quadrados, englobaria uma área que hoje é da prefeitura, na região do Alemoa. Segundo Pomini, essa ampliação ainda dependerá de análise técnica e de um acordo com a prefeitura.

Além disso, o ministro se comprometeu com a construção de quatro novos berços, também na região do Alemoa, onde estão localizados terminais de combustíveis. Dois desses quatro berços deverão ser para utilização pública, disse o presidente da APS.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 22/09/2023



G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO

MINISTRO DE PORTOS ASSINA TRÊS TERMOS PARA OBRAS NO PORTO DE SANTOS; VEJA QUAIS SÃO

Silvio Costa Filho visitou a Baixada Santista pela primeira vez como ministro nesta quinta-feira (21). Ele falou sobre os planos para a área portuária na região.

Por Ágata Luz, g1 Santos



Novo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, realiza primeira visita oficial na Baixada Santista — Foto: Alexander Ferraz/A Tribuna Jornal

O novo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, assinou três termos de compromisso para obras de infraestrutura portuária no Porto de Santos, no litoral de São Paulo, nesta quinta-feira (21). Essa é a primeira visita de Costa Filho na Baixada Santista à frente do ministério.

A assinatura dos documentos aconteceu na sede da Autoridade Portuária de Santos (APS), com a presença da secretária nacional de Portos, Mariana Pescatori, o diretor-presidente da APS, Anderson Pomini, e os prefeitos de Santos e Guarujá, Rogério Santos e Válder Suman, respectivamente.

Um dos documentos frisa a construção da segunda fase da avenida perimetral de Guarujá, com cronograma para início do próximo ano. O objetivo é que a obra seja classificada entre as prioritárias, pois é essencial para o escoamento de produtos pela margem esquerda do complexo portuário.

O outro termo assinado pelo ministro é para um estudo de expansão da poligonal do Porto de Santos. "Temos no Alemoa, cerca de 400 mil metros, que hoje é área da prefeitura. O ministro determinou estudo para incluirmos esses 400 mil metros também como área portuária", explicou Pomini. Segundo ele, isso dependerá de análises técnicas e de um acordo com a administração municipal de Santos.

O terceiro documento que foi assinado por Costa Filho firma compromisso para construção de quatro novos berços nas áreas dos combustíveis do bairro Alemoa, também em Santos. Dois serão destinados à utilização pública.

O ministro aproveitou a visita para enfatizar que a mudança ministerial que o colocou à frente da pasta de Portos e Aeroportos não altera a diretoria da APS, escolhida pelo antigo ministro Márcio França. Desta forma, Anderson Pomini continuará no comando do complexo portuário santista com objetivo de aprimorar a governança do porto.

"Tem espírito público, capacidade de trabalho, capacidade de dialogar, de ouvir, de construir pontes, de ouvir o contraditório", descreveu Costa Filho.



Coletiva de imprensa do novo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, na Baixada Santista — Foto: Alexander Ferraz/A Tribuna Jornal

Privatização

O ministro Silvio Costa Filho enfatizou que pretende manter por perto as iniciativas privadas, mas a privatização da administração do Porto de Santos não está em pauta. "Falar em privatizar Porto de Santos nesse momento não é uma agenda que interessa a agenda portuária nacional", disse.

De acordo com ele, o complexo portuário santista é referência no País. "A gente sabe que aqui foi construído ao longo de mais de 100 anos um sonho de trabalhadores, trabalhadoras, funcionários públicos, pessoas que acreditaram e dedicaram suas vidas ao Porto de Santos", ressaltou.

Lula e Tarcísio

Costa Filho disse que o presidente da República, Lula da Silva (PT), e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), falarão juntos sobre as obras do túnel submerso Santos-Guarujá na próxima segunda-feira (25), em São Paulo.

"O momento agora, mais do que nunca, é de esquecer a eleição, esquecer o divisionismo [...] A gente precisa trabalhar de maneira coletiva", disse o ministro.

Agenda

O ministro também participou de uma reunião com líderes de sindicatos para ouvir reivindicações. Em seguida, ele visitou a área do futuro Parque Valongo, que teve as obras iniciadas.

Costa Filho também esteve em Guarujá, na parte da tarde, para conhecer a Base Aérea de Santos, onde será o futuro Aeroporto Metropolitano. De lá, ele voltou à São Paulo.



Novo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participa de reunião com os sindicatos na Baixada Santista — Foto: Carlos Abelha/g1
Fonte: G1 – O Portal de Notícias da Valor Econômico - SP
Data: 22/09/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

FENOP COBRA REVISÃO DE DISPOSITIVOS NA LEI SOBRE CRITÉRIO DE SELEÇÃO DE TRABALHADORES

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 22/09/2023 - 21:32



Entidade lamentou decisão de ministro do TST que trata de exclusividade para portuários inscritos no Ogmo. Federação identifica Brasil como único país a ainda utilizar este critério

A Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop) manifestou inconformidade com uma decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que impede operadores portuários de contratar fora do sistema do Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo). Ao restabelecer uma multa aplicada sobre o terminal da Marimex, em Santos (SP), o ministro Hugo Carlos

Schuermann, da Seção Especializada em Dissídios Individuais (SDI)-I do TST, apresentou entendimento de que o critério de seleção deve ser de exclusividade de contratação dos trabalhadores registrados no Ogmo, em vez de ser uma escolha prioritária ou preferencial.

A empresa havia sido autuada pelo Ministério do Trabalho e Emprego com base na Lei 12.815/2013 por ter permitido a realização de trabalho portuário sem utilizar trabalhador portuário avulso (TPA) ou trabalhador portuário com vínculo empregatício para atividades de estiva, capatazia, bloco, conferência de carga, conserto de carga, bloco e vigilância de embarcações. A avaliação é que, na prática, os operadores portuários não podem mais contratar fora do sistema do Ogmo, ainda que haja vagas remanescentes.

A Fenop, que não é parte deste processo específico, considera inadequada a interpretação. O presidente da Fenop, Sérgio Aquino, mencionou que existem outros processos judiciais em



andamento e também outros no próprio TST, onde a Fenop ou outras partes questionam esta leitura. Aquino ressaltou que não há consenso sobre a matéria no TST, pois há ministros que não concordam com essa interpretação. Eles entendem que o trabalhador abriu mão de se inscrever em processo seletivo da empresa.

Para a Fenop, houve uma decisão 'monocrática', que evidencia um 'absurdo' da legislação brasileira, confundindo a exclusividade de cada trabalhador como se fosse exclusividade do Ogmo. Aquino disse que o Brasil é o único país que tem esse critério dentro de um grupo de trabalhadores pré-selecionados. Ele acrescentou que os últimos países a abandonar esse critério foram Portugal, Espanha e Bélgica, após decisão da comunidade econômica europeia, que obrigou a alterar a legislação, permanecendo a liberdade plena.

Aquino argumentou que a Convenção 137 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) menciona o termo 'prioridade', e não exclusividade. "O regramento é de cada trabalhador, não do Ogmo. O trabalhador tem esse privilégio. Se ele abre mão, a empresa não pode ser impedida de contratar outros trabalhadores de forma permanente", defendeu.

Ele lembrou que a exclusividade havia sido equacionada em 2007 por um processo da Fenop que o TST havia reconhecido a prioridade, porém a medida provisória 595/2012, que deu origem à Lei 12.815/2013, impôs a retomada da exclusividade. "Um dos malefícios [dessa MP] era a retomada do regramento da exclusividade", comentou.

Apesar da decisão, ainda cabem recursos dentro do TST. "Imaginamos que a empresa continuará atuando judicialmente. Isso mostra a necessidade da urgência de revisão da legislação brasileira, que está ultrapassada. É o único país do mundo que mantém esse critério", apontou Aquino.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/09/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte: InforMS

Data: 22/09/2023